

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUÍS AGUIAR DE FRANÇA

SERVIÇO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ERA DO
NEOLIBERALISMO

FLORIANÓPOLIS – SC

2006/1

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Centro Sócio-Econômico - CSE

Departamento de Serviço Social - DSS

**Serviço Social e Economia Solidária na
Era do Neoliberalismo**

LUÍS AGUIAR DE FRANÇA

Florianópolis, agosto de 2006.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Centro Sócio-Econômico - CSE

Departamento de Serviço Social - DSS

Serviço Social e Economia Solidária na Era do Neoliberalismo

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
para obtenção do grau
de bacharel em Serviço Social

ORIENTADORA: PROFA. DRA. BEATRIZ AUGUSTO DE PAIVA

Florianópolis, agosto de 2006.

França, Luís Aguiar de
Monografia: Serviço Social e Economia Solidária na Era do Neoliberalismo
/ Luís Aguiar de França - Florianópolis - 2006.
Orientador: Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Centro Sócio-econômico (CSE), Departamento de Serviço Social (DSS)

1. Economia Solidária. 2. Serviço Social. 3. Participação social. 4. Desemprego.

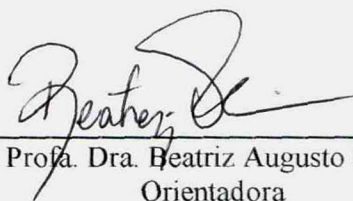
LUÍS AGUIAR DE FRANÇA

Serviço Social e Economia Solidária na Era do Neoliberalismo

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
para obtenção do grau
de bacharel em Serviço Social

Florianópolis, agosto de 2006


BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Beatriz Augusto Paiva
Orientadora



Profa. Dra. Teresa Kleber Lisboa
Membro



Profa. Dra. Rosana Martinelli Freitas
Membro

Por que se chamava moço
também se chamava estrada
Viagem de ventania

...

Por que se chamava homem
também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem

...

esquina mais de um milhão
Quero ver então a gente, gente, gente ...

Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
DEDICATÓRIA	9
AGRADECIMENTOS	10
1- INTRODUÇÃO	11
1.2 DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS	12
CAPÍTULO I - BREVE RECONSTRUÇÃO DO PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980	18
CAPITULO II - DESEMPREGO E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS .25	
II. 1. ECONOMIA SOLIDÁRIA	26
<i>II. 2. A participação social no desenvolvimento da Economia Solidária</i>	30
PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	34
CAPÍTULO III – A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	43
III. 1. O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO	43
III. 2. A AMBIGÜIDADE DA PROFISSÃO	50
III. 3. A RECONCEITUAÇÃO E O PROJETO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
BIBLIOGRAFIA	82

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a contribuição da participação social rumo à reversão do quadro de exclusão econômica gerado pelo desemprego que vem se agravando desde os anos de 1980 e 1990. O Movimento Social, que desempenhou papel essencial no processo de democratização de nossa sociedade, contribuiu para surgimento da *Economia Solidária no Brasil*. Esta nova proposta de organização da economia, surgida em nosso país após a crise de desemprego nas duas últimas décadas do século passado, tem no cooperativismo sua principal manifestação e visa uma reorientação no modelo de gestão dos meios de produção e das relações de trabalho. Assim, a Economia Solidária, que está baseada nos princípios democráticos da autogestão, é considerada uma resposta ao modelo econômico neoliberal que tem provocado insegurança e redução no nível de oferta de trabalho assalariado.

Palavras chave: Economia Solidária, Serviço Social, participação social, desemprego.

ABSTRACT

Solidarity economy was launched in Brazil in the end of the 80s. The aim of this approach is to discuss the contribution of the social participation to reverse aspects of social exclusion originated by unemployment which has been on the increase since 1980 and 1990. The Social Movement played an important part in the democracy process in Brazil and contributed to the implementation of solidarity economy as well. This kind of economy is based on a pillar of cooperativism and democratic management process and is considered as an alternative model to neoliberalism economy which has increased the lack of employment.

Keywords: solidarity economy, social work, social participation, unemployment

DEDICATÓRIA

À minha esposa, pelo apoio recebido durante a elaboração deste trabalho e à nossa filhinha nascida em maio último.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por ter me concedido a graça de concluir mais uma etapa de minha caminhada com sucesso.

A **meu pai e minha mãe (in memoriam)**, pelo carinho, amor e lição de perseverança.

À minha orientadora **Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva** por sua dedicação e colaboração durante o desenvolvimento deste trabalho, apresentando observações e comentários fundamentais.

À **Profa. Dra. Wivian Weller**, pelas orientações preciosas na fase inicial e conclusiva deste trabalho.

1- INTRODUÇÃO

1.1 Exposição do Tema

O presente trabalho tem como objetivo a reflexão sobre a concepção de Economia Solidária no Brasil, abordando aspectos da participação social no intuito de reverter o quadro de exclusão social provocado pelo desemprego nos últimos anos. A origem dessa forma de economia, seus aspectos atuais, bem como suas perspectivas são principais tópicos apresentados.

A participação social, exercida pelos movimentos populares foi intensa nos anos de 1970 e 1980. De acordo com Doimo “o tema dos chamados movimentos sociais populares” [despertou] “intenso interesse entre as décadas de 70 e 1980” (Doimo 1995. p. 27). Essa atuação social, segundo Gohn, foi propulsora do processo de democratização política, principalmente na década de 1980.

A atuação social manifesta-se, hoje, associada a outros campos, por exemplo, a iniciativas de geração de emprego e renda. A partir dos anos de 1970, foi presenciada uma mudança no quadro de oferta de empregos. Entre os anos de 1970 e 1980, a taxa de ocupação cresceu de 51,49% para 55,98%¹. Já a década de 1990 apresentou declínio, se tomarmos, por exemplo o período compreendido entre 1989 e 1996, a taxa de desemprego é de 179,1%, visto que a população economicamente ativa (PEA) aumentou em 16,5% e o nível de crescimento da taxa de ocupação foi de 11,4%². Diante desse quadro, os movimentos sociais que anteriormente contribuíram para a democracia no Brasil, apresentam, através de associações civis, sua colaboração em prol de políticas para a geração de emprego e renda, tomando

¹ FONTE — IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censos Demográficos. Tabela extraída de: Anuário estatístico 1992. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, 1992.

² Pochmann, Márcio, Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil. In: Revista do Legislativo, abr-dez, 1999, p. 39.

como ponto de partida necessidades que podem ser vistas também como possibilidades.

A Terceira Revolução Industrial, ou seja, o advento da expansão da informática e do computador, bem como o fenômeno da globalização, em curso há mais de meio século, não trouxeram consigo o emprego pleno. Pelo contrário, a primeira possibilitou um incremento na produção, com a redução de mão-de-obra; a segunda, por sua vez, proporcionou, segundo a lei da oferta e da procura, a transferência de polos industriais para regiões no globo que dispõem de mão-de-obra em abundância e nível de salário inferior ao dos países industrializados, foi outro fator determinante para a migração dessas empresas. No Brasil, tanto esse fenômeno, presenciado no final da década de 1980 quanto as desigualdades históricas contribuíram para o aumento do desemprego.

As diferenças sociais e experiências de exclusão social vigentes em nosso país datam do período colonial. A experiência de cerceamento econômico, abordada por autores como Paul Singer (2000), Sposati (1999) e Iamamoto (1999), remontam aos tempos do sistema escravocrata. Ela, ao compararmos o nível de desenvolvimento econômico das regiões do Brasil, manifesta-se de forma heterogênea, e tem como característica a exclusão social e econômica internas. Uma parte da população não tem acesso a benefícios dos quais só uma minoria usufrui.

Diante desse quadro, iniciativas populares tentam reverter essa situação de exclusão social. Essas manifestações populares, ou seja, de associativismo civil são protagonistas de uma forma emergente de economia que se contrapõe ao desemprego e à privação econômica vivenciada principalmente por setores desprivilegiados de nossa sociedade. Essa nova forma de economia, que não visa somente essa classe menos favorecida, está fundamentada na solidariedade, e não se orienta pelos princípios da economia capitalista. A autogestão e a iniciativa de todos os envolvidos são alguns dos seus princípios que podem colaborar para a inclusão social.

1.2 Definição dos Principais Termos

Exclusão Social: A exclusão social é um fenômeno antigo. Em nossa sociedade, ela pode ser associada ao modo de produção capitalista que, nas palavras

de Sposati (1999), é “excludente” em seu “processo de acumulação”. Para a autora, existem várias formas interpretativas da exclusão social. Esse elemento não apresenta homogeneidade quando comparados dados entre “um mesmo país” e pode ainda, “variar na sua graduação e em um mesmo momento” (Sposati, 1999, p. 65).

Conforme a autora, a exclusão só pode ser interpretada de maneira “polar”. Em outras palavras, haverá sempre um referencial oposto, ou seja, a “inclusão”. Assim, inexistente “um estado puro de exclusão” e sim um sucessivo estado de “exclusão em relação a uma dada situação de inclusão”.

Segundo a autora, a concepção de exclusão é elaborada por alguns expertos como manifestação inerente à pobreza; pode, entretanto, ser concebida de maneira multidimensional. A primeira, constitui uma “visão reducionista do processo de exclusão social”, ou seja, uma “relutância” por parte de alguns autores em “aceitar a concepção de exclusão social”. A segunda visão está relacionada a um “processo que soma várias situações em graus diversos na escala entre exclusão-inclusão social”. As peculiaridades inerentes a este fenômeno dizem respeito a rupturas com o “mercado de trabalho” e também com outras de características “afetivas” e “familiares”.

No Brasil, é a exclusão econômica que assume “caráter dominante” em relação às outras formas de supressão. Isso decorre dos abismos econômicos existentes em nossa sociedade e da ausência de “garantias sociais universais por meio de políticas sociais de qualidade”.

A autora define exclusão social como a

impossibilidade de poder partilhar, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população. Por isso é uma exclusão social e não pessoal (Sposati, 1999, p. 67).

Assim, a despeito de atingir pessoas, a exclusão no Brasil, “uma condição genérica da não-elite”, é, primeiramente, uma forma de pensar “presente nas várias formas de relações econômicas, sociais e políticas”.

Globalização: Para a autora, a globalização é um processo heterogêneo e de “regulação neoliberal” que desvincula a “riqueza financeira e sua especulação do impacto concreto sobre vidas humanas e de seus efeitos na economia real”. Nesta concepção o “Estado deve ser mínimo”, e a sociedade deve ser conduzida pelos

princípios liberais, ou seja pela ação do mercado e da iniciativa privada. Mais adiante a autora afirma que “o maior impacto da globalização se manifesta na desregulamentação da força de trabalho, no achatamento de salários e no aumento do desemprego”. A homogeneização do processo de mundialização que se desenvolve “sob a democracia burguesa”, só é válido para o “consumo-padrão no mercado”; colabora, portanto, para a “globalização da indiferença com os excluídos” (Sposati, 1999, p. 64-71).

Inclusão no Brasil: como anteriormente citado, a exclusão só pode ser avaliada, polarizada com a inclusão. Partindo do ponto que a recíproca é verdadeira, ou seja, que a inclusão só acontece diante da “presença da exclusão”, temos em Sposati (1999), o conceito de inclusão no Brasil como um fenômeno de “concessões sociais partilhadas com a filantropia da sociedade e não assumidas como responsabilidade pública”. A inclusão dos menos privilegiados, em nossa sociedade, é “circunstancial, casuística, meritocrática e seletiva” (Sposati, 1999, p. 71).

Solidariedade: termo associado à criação de comunidade a partir da visão crítica das vítimas, surgida da “interpelação subjetiva originária”, ou seja, da iniciativa dos atingidos em motivar seus pares a se imbuírem na solução de um problema comum, e, da “interpelação posterior”: busca da empatia de pessoas não diretamente atingidas, para que se posicionem a favor da solução de um problema de cunho social. Segundo Dussel (1998),

as próprias vítimas, em intersubjetividade formal discursiva anti-hegemônica, interpelam crítico-negativamente as próprias vítimas que vão adquirindo consciência crítica, as que se dirigem primeiramente às vítimas que ainda não tomaram esta consciência (interpelação subjetiva originária que cria solidariedade), e, em segundo lugar, aos que poderiam solidarizar-se com elas embora pertençam a outros estratos do sistema (interpelação posterior) que cria co-laboração militante como co-responsabilidade, ampliando-se assim a comunidade com os que adotam uma nova posição *prático-crítica diante do sistema.* (Dussel, op. cit, p.308).

Neste horizonte, a solidariedade está ligada à busca de alternativas de vida para as vítimas: “... as vítimas que agora iniciam, elas mesmas, o exercício da razão crítico discursiva: e, positivamente, irão discernindo a partir da imaginação criadora (libertadora) alternativas utópico-factíveis (possíveis) de transformação, sistemas futuros em que as vítimas possam viver” (Dussel, op. cit, p. 415).

Utopia: uma ação encabeçada de maneira conjuntiva pelas vítimas, a partir da “intersubjetividade crítica” por elas assumida, com o objetivo de criar uma alternativa ao sistema atual em que estão inseridas. Para Dussel (1999),

A comunidade, a intersubjetividade crítica das vítimas começa a imaginar a utopia. É uma imaginação transcendental ao sistema: se o “atual” não permite que se viva, é preciso imaginar um “mundo onde seja possível viver” (Dussel, op. cit, p. 476).

Vítimas: Aquelas que “sofrem as imperfeições, os erros, as exclusões, das dominações, as injustiças, etc. das instituições empíricas não perfeitas, finitas, dos sistemas existentes” (Dussel, op. cit, p. 373).

1.3 Organização do Trabalho

Este trabalho, elaborado em três capítulos, apresenta o resultado da pesquisa bibliográfica realizada entre setembro de 2005 e junho de 2006. No primeiro capítulo abordaremos pontos característicos da participação social no Brasil, nos últimos vinte anos. Em seguida apresentaremos, no capítulo II, o conceito de “Economia Solidária”. Os movimentos sociais em nossa sociedade na década de 1990 e qual sua contribuição para a Economia Solidária serão nossos próximos objetos de análise. Abordaremos, ainda, aspectos da Economia Solidária em nossa sociedade e suas perspectivas. Logo após, no capítulo III, discorreremos sobre a profissão do Assistente Social. O surgimento da profissão, o movimento de reconceituação e atuais perspectivas profissionais constituem o foco do capítulo. Apontaremos, ainda, aspectos do Código de Ética profissional de 1993, e da Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, bem como, ensaiamos uma aproximação entre Serviço Social e Economia Solidária, na condição de política pública.

1.4 Objetivos do Trabalho

Objetivo Geral

Abordar aspectos da Economia Solidária no Brasil e da profissão do Assistente Social na era do neoliberalismo.

Objetivos Específicos

Destacar o papel dos Movimentos Sociais no surgimento da Economia solidária em nosso país.

Apontar aspectos da profissão do Assistente Social.

Sugerir uma discussão voltada a uma possível ação do profissional do Serviço Social junto a iniciativas da Economia Solidária.

1.5 Justificativa

Ao atuar como observador em projetos de desenvolvimento sustentável, percebemos uma lacuna no que se refere a possibilidades de atuação, não exploradas pelos profissionais do Serviço Social, no que tange a iniciativas voltadas à reversão do quadro de insegurança econômica. Desta forma, pensamos ser plausível abordar o tema Economia Solidária e tentar apontar, mesmo que em forma de questionamento, algumas possibilidades de atuação do Assistente Social em iniciativas desta forma de organização da economia.

1.6 Procedimentos de Metodológicos

Delimitação da Pesquisa: caracterização e método

A presente pesquisa limita-se ao estudo bibliográfico de autores que *discorrem sobre Economia Solidária, sua origem no Brasil e suas perspectivas*. O estudo enfocou, ainda, autores do Serviço Social. A pesquisa foi exercida tanto em bibliotecas físicas como virtuais.

1.7 Limitações do presente Trabalho

As principais barreiras encontradas quando da dissertação sobre o presente tema está relacionada à *escassez bibliográfica referente à atividade profissional do Assistente Social associada a iniciativas da Economia Solidária*. Em nossa pesquisa, até o dia 17 de maio de 2005, ao digitarmos o termo “Serviço Social e Economia Solidária” nas bibliotecas das instituições: Universidade de Brasília (UnB),

Universidade Católica de Brasília (UCB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), recebemos o retorno: Não foi encontrado relação para “serviço social e economia solidária”, ou “Não há registros com a expressão digitada.”

Deste modo, esta dissertação aborda separadamente alguns aspectos da Economia Solidária no Brasil e tenta fazer uma aproximação com o campo da Assistência Social. Nosso intuito é arriscar algumas indagações quanto à atuação profissional do Assistente Social junto a iniciativas da Economia Solidária que indubitavelmente podem ser aprofundadas a partir da colaboração de colegas da área do Serviço Social.

CAPÍTULO I - Breve reconstrução do papel dos Movimentos sociais no Brasil a partir da década de 1980

Neste primeiro capítulo abordaremos aspectos referentes à constituição de movimentos sociais no Brasil. Em seguida enfocaremos a atuação deles após o processo de redemocratização, ou seja, a partir da segunda metade da década de 1980. Com isso destacamos a contribuição da participação social para a inclusão de setores excluídos em nossa sociedade.

Scherer-Warren (1999) define movimentos sociais como “formas de ações coletivas reativas” diretamente associadas e inseridas nos “contextos histórico-sociais”. Para ela, essas manifestações ocorrem não só na “forma de denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas”, como também, através de “cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais”. Outro aspecto importante dos movimentos sociais diz respeito às “ações de solidariedade”. Por último, ela menciona a “construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudança” (Scherer-Warren, 1999, p. 14-15).

Para a autora, os pré-requisitos para a formação de um movimento social estão conexos, primeiramente, ao reconhecimento de situações excludentes. Em segundo lugar, à consciência de que estas situações de carência são decorrentes da negação de um direito. Isso quer dizer, não somente saber que se vive em condições precárias, em situações de discriminação, ou exploração, mas possuir a consciência do direito negado. Assim, é condição primordial, para a formação de um movimento social, que grupos confrontados com as situações anteriormente citadas estejam conscientes de que possuem, em tese, os mesmos direitos dos setores mais abastados, e, só a união pode colaborar para que esse direito seja garantido.

É o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutuamente como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito. As carências tendem a ser definidas em torno de carências múltiplas, tendo em vista a necessidade de constituição (a partir da redescoberta) de um indivíduo total. (Scherer-Warren, 2005, p. 69-70).

A partir desta premissa, ou seja, do reconhecimento do direito e da dignidade humana, podem, então, ser geradas identidades. A consciência conjuntiva de um direito, por sua vez leva ao direito de lutar por esse direito. Bem como resume a autora, “é o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política”. Essa identidade nasce com o reconhecimento mútuo de se pertencer “à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito”. Para a autora, as carências tendem a ser definidas em torno de carências múltiplas, tendo em vista a necessidade de constituição de um indivíduo total. Segundo ela, isso leva os movimentos sociais a constituir uma “pluralidade de identidades” que, mesmo assim, podem se convergir no plano de carências grupal.

Ainda, conforme a autora, os movimentos sociais demonstram dois aspectos fundamentais em sua gênese. O primeiro está relacionado ao objetivo específico a que eles se propõem em cada uma de suas reivindicações. Já o segundo, diz respeito à “utopia de construção de uma nova sociedade”. Este último é concebido “como um processo”, uma “caminhada”. Desta forma, através das experiências acumuladas, vão sendo construídas “novas relações comunitárias e societárias” (idem p. 72).

Historicamente, segundo Doimo (1995, p. 39), os movimentos sociais foram definidos fundamentados em modelos de movimentos revolucionários: “Até o início dos anos 60, falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado” . Era ainda, crido que os movimentos sociais possuíam uma “organização racional” , ou seja, dispunha de “diagnósticos claramente baseados em premissas científicas, metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficácia para o alcance dos objetivos táticos e estratégicos” . Essa definição é também defendida por Alexander (1998), quando ele afirma que os movimentos sociais foram associados a transformações radicais na sociedade, através da tomada de poder do Estado por um grupo, substituindo-o por outro. (Alexander, 1998).

Para (Gohn, 1998), Os movimentos sociais tiveram forte atuação nos Estados Unidos e na Europa, nos anos de 1950 e 1960. Lá eles desempenharam um papel voltado às “identidades de determinados seguimentos da sociedade”. Assim, os movimentos sociais se destacaram no espectro político apresentando reivindicações e fazendo propostas voltadas a sua identidade: “tais como os negros, no caso do

movimento de direito civil no Estados Unidos. Na Europa os movimentos ecológicos, os movimentos estudantis, os movimentos antiguerra, etc”. Segundo a autora, este período foi caracterizado pela emersão dos movimentos sociais “na cena política enquanto atores com propostas e reivindicações próprias, em torno de sua identidade”. (Gohn, 1998. Vídeo, passagem. 0:0304 a 0:0450).

Para Scherer-Warren (2005), existe uma ligação direta entre os movimentos populares e iniciativas reclamatórias por democracia. Segundo a autora,

no Brasil as noções de movimento popular ou social passaram a ser comumente utilizadas para denominar ações coletivas desenvolvidas por organizações populares localizadas e específicas, com alcance limitado de sua ação política (por exemplo, associações de bairro, movimento de mulheres, organizações de defesa ambiental etc.). Estas organizações que proliferaram da década de 70 aos meados da década de 80 tiveram sua relevância política durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para novos atores sociais. Questões do cotidiano transformaram-se em demandas políticas e em instrumento de defesa dos direitos de cidadania ou de contestação do autoritarismo. (Scherer-Warren 2005, p. 115)

Desta forma, “associações de bairro, movimento de mulheres, organizações de defesa ambiental” desempenharam papel de destaque na transição democrática no Brasil nos anos 70 e 1980. Gohn confirma essa tese ao afirmar a atuação dos movimentos sociais “principalmente na fase de luta contra o regime militar...” (op cit). Para ela, se compararmos os movimentos sociais no Brasil com os dos países europeus e dos Estados Unidos, verificaremos que a participação social aqui teve uma característica totalmente diferente.

Naqueles países, segundo Gohn, os movimentos sociais emergiram das classes médias. Aqui, foi o movimento popular quem se destacou através da participação e reivindicação por melhores condições de vida:

e deve se destacar que aqui o panorama foi bastante diferente da Europa e dos Estados Unidos. Enquanto lá, os movimentos que tinham ganho uma projeção maior advinham basicamente das camadas médias, no Brasil foram os movimentos populares que reivindicaram ou condições de infra-estrutura urbana ou condições de acesso a terra, à moradia, aqueles que se projetaram. E nós tivemos lutas por creches, por transporte, por saúde. E foram esses movimentos que nos anos 70, se tornaram extremamente importantes (op cit).

Conforme Gohn (1992), uma propulsora desse processo foi a Teologia da Libertação, que através da ala progressista da Igreja Católica, optou pelos menos favorecidos, defendendo os direitos dessa parcela da população. Desta forma, essa ala da Igreja passou a apoiar um movimento cujas “lutas envolvem os setores mais espoliados e miseráveis da sociedade; toda argumentação das demandas se faz em torno da noção de direitos”. (Gohn 1992, p. 36).

A forma de organização, como bem descreve a autora, acontecia via “coletivos unificados por regiões demográficas usualmente sedes de paróquias ou zoneamentos eclesiais”. A expressão caminhada era tida como sinônimo de processo de aprendizado, onde cada experiência no campo reivindicatório era somada a outras anteriormente adquiridas e disseminadas nos “encontros” que “se assemelham a retiros espirituais, pois são realizados em conventos e dependências... da Igreja”.

Já Doimo (1995) aborda o papel das redes sociais formadas por participantes do movimento popular. Essas redes agregam “uma infinidade de pessoas predispostas à participação”. Essas redes são “territoriais, temáticas e de influência”. Ligadas a “diversas instituições de porte”, elas permeiam o ambientes da “Igreja Católica e o ecumenismo secular [...], segmentos da academia científica e agrupamentos de esquerda [...], alguns partidos e setores do sindicalismo”. (Doimo, 1995. p. 66-67).

Como vimos anteriormente, a participação social no Brasil foi intensa nos anos de 1970 e 1980. Entretanto, isso não é presenciado de forma clara, por exemplo, no início da década seguinte, quando, segundo Gohn (1998), eles se encontravam visivelmente em ritmo de desaceleração. Como resume a autora, “com o processo de redemocratização, a volta dos sindicatos e dos partidos, com as crises do neoliberalismo e do socialismo, real, esses movimentos aparentemente entraram em refluxo” (Gohn, Vídeo, 1998, passagem 0:0469 a 0:0628), ou seja, eles não desfrutavam da visibilidade que possuíam até então.

Wandeley (1998) compartilha com esse ponto de vista, porém nega que eles tenham perdido sua relevância. Para ele os movimentos tinham perdido posição de destaque quando se tratava de atuação política: “Eles perderam a sua visibilidade política, mas não entraram em refluxo, eles continuaram agindo” (Wanderley, 1998, Vídeo, passagem 0:0469 a 0:0628). Em sua exposição ele afirma, ainda, que mesmo

alguns movimentos com atuação política continuavam agindo: “E mesmo alguns movimentos políticos, como o MST, continuam ativos no Brasil inteiro, se organizando e construindo a sociedade civil” .

A participação social teria, assim, um vasto campo para se expandir, pois, segundo Wanderley (1998), havia muitos movimentos sociais: “eu penso, então, que na diversidade de movimentos que nós temos, há uma grande possibilidade de atuação; tanto dos setores conservadores como dos setores progressistas” .

Outro ponto fundamental para Wanderley (1998) é que os movimentos sociais adquiriram uma maneira própria de atuar. Assim, eles não precisavam mais se contrapor a outras formas de organização social:

estes movimentos continuam atuando não mais naquela perspectiva de (...) um contraponto aos sindicatos e aos partidos, mas eles têm uma faixa própria. Há movimentos sociais, há movimentos culturais, há movimentos políticos, há movimentos religiosos. É dentro dessa diversidade que nós, então, realmente encontramos um caminho novo de reconstrução de nossa sociedade. (Wanderley, Vídeo, 1998, passagem 0:0469 a 0:0628).

I. 1. Reestruturação dos Movimentos Populares (MPs)

A partir dos anos de 1990 houve uma reestruturação dos movimentos sociais. Surgiram, na época, o que Gohn (1998) denomina novas demandas: “eles colocam questões novas. Não se trata mais de apenas protestar. Não se trata mais apenas de denunciar” (Gohn, Vídeo, passagem 0:0720 a 0:0951). Essa reformulação dos movimentos sociais foi provocada por processos desencadeados, e, principalmente, acentuados na década de 90. Processos esses, decorrentes das transformações em âmbito mundial após a queda do Muro de Berlim. Em outras palavras, como bem resume a autora,

a crise gerada pelas políticas neoliberais, as transformações ocorridas na economia decorrentes da globalização, tem levado a que os movimento sociais tanto se reestrutrem, no sentido de que não basta protestar; mas eles têm que participar das políticas de parcerias. (idem).

Assim, eles passaram a atuar não mais de maneira simplesmente reivindicatória, mas, de forma ativa na sugestão de trabalho de forma societária, ou seja, “não basta protestar, mas eles têm que participar das políticas, de parcerias”.

Parcerias estas, firmadas, por exemplo com entidades governamentais, ou seja, “criaram-se espaços institucionais e os movimentos têm que atuarem num fazer junto”. Essa nova concepção de atuação conjunta está associada a um leque de atores, tanto as entidades acima citadas quanto outras “várias organizações com políticas de parcerias junto a entidades estatais, junto a entidades, internacionais, dentro de programas oficiais, etc”.

Nesse período aumentou o número de organizações não governamentais ONGs: “observamos assim um crescimento das, organizações não governamentais”. Para Gohn, esse foi um passo importante, pois as ONGs assumiram um papel de propulsoras de processos voltados às reivindicações da população e, ainda, de propositoras de ações para a solução de impasses na área social, tais como o desemprego:

Isto porque com a recessão, o desemprego, a economia informal, está tendo um grande crescimento e é nesta faixa, neste nicho da economia informal que surgem, várias organizações com políticas de parcerias junto a entidades estatais, junto a entidades, internacionais, dentro de programas oficiais, etc. E, alguns movimentos sociais deixaram de ter a parte mais da militância, da atuação enquanto movimento e, deixaram portanto, de perder a forma movimento, restaurando-se enquanto mais organizações ONGs (*idem*, passagem 0:0720 a 0:0951).

Doimo (1995) destaca, por sua vez, que as redes sociais, anteriormente citadas, encontraram “terreno fértil nas ONGs” (Doimo, 1995. p. 66-67). Os principais temas abordados por essas redes, que por sua vez traziam à luz outras necessidades eram: “luta contra a alta do custo de vida [...], falta de creches, luta pela saúde [...], moradia [...], transporte”, e, o desemprego.

Desta forma, podemos concluir que uma das principais contribuições dos movimentos sociais no Brasil foi dada pelo papel por ele desempenhado no processo de redemocratização, ou seja de revogação da ditadura instalada em 1964 que destruiu “de modo abrupto, violento e radical os avanços no processo organizativo das classes populares” (Martinelli, 2005, p. 141) e que causou “uma retração de todos os movimentos de natureza social”.

Deste modo, os movimentos sociais atuavam através das reivindicações por moradia, saúde, emprego, movimento contra a carestia, e outros, contribuindo, assim,

para a conscientização da situação de opressão e de privação de direitos em que viviam as pessoas dos setores menos privilegiados.

Essa forma de participação popular, segundo Gohn (1992), “reproduz a lógica capitalista vigente à medida que não objetiva nada além da aquisição de bens de consumo” (Gohn, 1992. p. 29). Entretanto a cientista não reduz sua importância. Para ela, isso contribuiu para o estreitamento de laços solidários: “a prática cotidiana ... leva ao fortalecimento de laços e vínculos de solidariedade entre as pessoas de um mesmo local”.

Como vimos, a consciência conjuntiva de um direito, decorrente de situações excludentes, é a condição fundamental para a criação dos movimentos sociais. Eles possuem, primeiramente um objetivo específico que está relacionado à reversão do quadro de exclusão social, e por outro lado, uma meta maior, associada à transformação de parâmetros vigentes na sociedade. Assim, em seus primórdios, os movimentos sociais eram associados a movimentos revolucionários.

No Brasil, eles desempenharam papel importante no processo e democratização ocorrido na década de 1980. Já na última década do século passado, eles passaram por uma reestruturação, abandonando a forma simplesmente reivindicatória por moradia, transporte, emprego, etc., e, assumindo o formato de organizações não governamentais, ONGs, passaram a apresentar sugestões de trabalho em parceria com entidades governamentais e da sociedade civil.

Neste contexto, mesmo com ações voltadas à aquisição de bens de consumo, portanto ligadas à lógica capitalista, as iniciativas dos movimentos sociais colaboraram para o fortalecimento de laços solidários. Essa colaboração prestada pela participação social, em nossa sociedade, pode ser também detectada na proposição de ações voltadas à inclusão social através de empreendimentos solidários, o que culminou com o surgimento da Economia Solidária, objeto de análise no próximo capítulo.

CAPITULO II - Desemprego e empreendimentos solidários

Neste capítulo, discorreremos primeiramente sobre desemprego associado à globalização. Logo em seguida abordaremos algumas características de empreendimentos solidários. Faremos, ainda, uma breve definição da Economia Solidária, e, enfocaremos aspectos associados a sua origem no Brasil.

Alguns expertos atribuem o crescimento do desemprego no Brasil, entre outros, ao fenômeno da globalização. Para Singer, por exemplo, esse fenômeno provoca uma mudança no quadro de trabalho, ou seja, “uma precarização do trabalho assalariado” (Singer, 1998, p. 28), à medida que esta globalização tem proporcionado que empresas se desloquem à procura de oferta de mão-de-obra mais barata e “está modificando a divisão internacional do trabalho” (idem, p. 118).

O fenômeno da globalização pode ser interpretado como algo que não tem retorno. Toledo (1998)³ o vê como um processo que não pode ser interrompido.

Olha no mundo atual a globalização, eu acho que é algo inevitável? A gente tem que ter um intercâmbio maior mesmo entre os diversos mercados e o objetivo é um crescimento conjunto, é uma integração mundial de valores, de emprego, de aspectos sociais e econômicos, principalmente. Só que o mundo não aprendeu a ainda lidar muito bem com essa globalização. A crise que nós tivemos na Ásia, essa confusão toda que nós estamos tendo no mercado mundial, mostra que o mundo ainda não aprendeu a conviver com isso. (Toledo, 1998, Vídeo, passagem 0:0451 a 0:0542)

Para ela, o objetivo maior da globalização é uma interação entre os mercados, uma expansão econômica e integração entre os países, ou seja, “a gente tem que ter um intercâmbio maior mesmo entre os diversos mercados e o objetivo é um crescimento conjunto, é uma integração mundial”. Essa integração compreende vários aspectos, dentre eles, “valores, de emprego, de aspectos sociais e econômicos”.

Ela afirma, ainda, que a globalização globalizou também o desemprego. Assim, há uma necessidade de solucionar esse impasse. Assim, é necessário que o mundo encontre uma saída negociada para o problema do desemprego. O advento da

³ Denise Campos de Toledo é jornalista, comentarista de economia. À época da entrevista, ela era funcionária da extinta Rede Manchete, da Rádio Eldorado, em São Paulo, e, colunista do Estado de São Paulo.

globalização forjou os países a adotarem um “processo de modernização que inclui uma transformação tecnológica muito violenta” (idem, passagem 0:0550 a 0:0627). Isso acelerou processos de produção no quais o homem foi substituído pela máquina, “então houve uma substituição grande do homem, pela, pela máquina. Parece teoria, mas houve isso de fato” .

Para Singer (1998) isso está associado a um fato decorrente da “Terceira Revolução Industrial” (Singer, 1998. p. 16). Ele vai adiante e afirma que “além da substituição do trabalho humano pelo computador” há suspeitas de uma intensa “transferência de uma série de operações das mãos de funcionários que atendem o público para o próprio usuário” .

Ainda, seguindo o raciocínio de Toledo, o Brasil foi atingido de forma direta por essas transformações, ou seja “com a abertura de nossa economia que começou com o presidente Collor e continuou agora com o real” (op cit). Assim, as empresas brasileiras tiveram que se adaptar ao que Scherer-Warren (1999) descreve como “um conjunto heterogêneo de diretrizes econômico-político-idológicas para a reorganização do capitalismo em escala mundial e para se adequar aos deságios da globalização da economia” (Scherer-Warren, 1999. p. 11). Ou seja a economia brasileira teve que incorporar aspectos neoliberais. Toledo resume, “então a economia brasileira teve que aprender a produzir muito mais, com mais qualidade, preço mais baixo, custo menor e conseqüentemente, com menos empregados” (op cit).

Esse quadro de desemprego foi acentuado, ainda, pela recessão econômica e inflação galopante vivenciadas no Brasil nos anos 1980. Isso veio acompanhado de uma diminuição do emprego formal e, do aumento do mercado de trabalho informal.

II. 1. Economia Solidária

Para que possamos conceituar Economia Solidária, é necessária uma breve observação sobre o espaço no qual ela está inserida, ou seja, o sistema capitalista. Para Singer (2000),

o capitalismo se originou da produção simples de mercadorias, negando-a ao separar a posse e o uso dos meios de produção e distribuição. Esta separação surge mais ou menos “naturalmente”

do funcionamento dos mercados, em que os vitoriosos do jogo competitivo acabam por se apoderar dos meios de produção e distribuição dos derrotados. Ao contrário da generalização teórica de que mercados tendem a um equilíbrio entre procura e oferta, a partir do qual todos os agentes teriam apenas de reiterar a mesma conduta para continuar participando da divisão social do trabalho, a realidade histórica indica que os mercados apenas passam de um desequilíbrio a outro, em função de fatores naturais e sociais. (Singer, 2000, p. 11).

Assim, no capitalismo “a posse e uso dos meios de produção e distribuição” não são desagregados. Segundo o autor, a maneira com que os mercados funcionam é a responsável natural pela segregação entre competidores vencedores, ou seja os detentores dos “meios de produção e distribuição” e os perdedores, os que só dispõem de sua força de trabalho. Singer afirma ainda, que o equilíbrio esperado a partir da oferta e a procura, exigências para o funcionamento do mercado, é uma utopia, pois em sua visão, os mercados estão em permanente desequilíbrio.

No sistema capitalista, os fatores de interação, por exemplo, meios de produção, comercialização e o trabalho, são tidos como mercadorias que pertencem de forma privada aos vencedores que, por sua vez as podem acumular. Essa concentração, gênese do capitalismo, permitiu em sua fase inicial, por exemplo a substituição do trabalho humano por “forças naturais de animais domesticados” . Com o progresso dessa substituição, os animais foram permutados por máquinas, até culminar com o emprego da alta tecnologia nos dias atuais.

Gaiger (2000) destaca que nosso sistema de desenvolvimento foi excludente.

Para ele,

A exclusão passa a ser um componente estrutural do nosso modo de desenvolvimento e não mais um resquício que seria quase naturalmente superado pelo desenvolvimento do mercado forma de trabalho, como se supôs na virada dos anos de 1970 para os de 1980. (Gaiger, In: Kraychete et alii, 2000, p. 178).

Deste modo ele ressalta o surgimento do conceito de exclusão criado no final da década de 1980 e início da de 1990 como resultado direto do modelo desenvolvimentista adotado em nosso país. Isso enfatiza o quadro de cerceamento, citado no capítulo I, vivenciado por grupos atingidos pelo desemprego ocorrido naquela época.

Já a Economia Solidária, conforme Singer (2000, 2002), “inventada por operários , nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao

desemprego resultantes da difusão deseregulamentada das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX” (Singer: In Santos, 2002 p. 83), não distingue o “princípio da unidade entre posse e uso os meios de produção e distribuição” do “princípio da socialização destes meios” (Singer et al, 2000 p. 13). Assim, “todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalham na empresa” (Singer In Santos, 2002 idem).

Para o autor, a unidade típica da Economia Solidária é a

cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; partição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. (Singer et al, 2000, p. 13).

Assim, essa forma de economia socializa os meios de modo igualitário entre os *membros cooperados que, por sua vez, os administram de forma democrática e dividem os excedentes, da forma acordada em assembléias*. Já Mance (2002) amplia essa definição. Para ele, essa forma social de organização da produção, onde cada *membro é co-responsável pelo processo produtivo como um todo, está, ligada a*

práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento) em que se defendem, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. (Mance, 2002, s/n).

Deste modo, temos a incorporação de aspectos associados à sustentabilidade e à preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

Aprendemos com Singer (2002) que a “cooperativa de produção é a modalidade básica da Economia Solidária” (op cit). Conforme o autor, outras formas de manifestação desse ramo da economia são dadas pelas cooperativas de comercialização e consumo, sendo que nas últimas, “muitas delas empregam trabalho assalariado... por isso não fazem parte da Economia Solidária” (idem p. 84-85). E, por último, podemos citar as cooperativas de crédito.

Para o autor, não existe uma fórmula a ser aplicada na Economia Solidária, ou seja, ela “é uma luta contínua” (Singer. In: Kraychete et alii, 2000. p. 149). Ele associa essa busca permanente à participação social na procura pela democracia. Deste modo, alcançar a democracia não se resume a um ato a ser considerado findo ao se atingir a meta almejada, porém, muito mais, ao desencadear de uma seqüência de esforços a serem permanentemente realimentados.

Conforme o autor, é importante observarmos que a democracia e o “cooperativismo junto com as formas igualitárias” apresentam “uma propensão a degeneração”. Assim, é fundamental a existência de esforços permanentes para que esse enfraquecimento seja ciclicamente confrontado.

Já para Razeto (1993), a origem da Economia Solidária está intrinsecamente associada às transformações tecnológicas e “reestruturação do mercado internacional” (Razeto In: Gadotti et al, 1993, p. 35), à incapacidade do mercado em “absorver a força de trabalho”. Para o autor, está ocorrendo um movimento inverso, ou seja, uma exclusão da “força de trabalho” e da “demanda de bens e serviços essenciais para a subsistência nos setores populares”. Outro fator observado por ele são as crescentes “crises fiscais e administrativas” que culminam na inabilidade do Estado em continuar absorvendo mão-de-obra, tampouco, em “canalizar recursos e serviços através das tradicionais políticas sociais”.

No Brasil, conforme Tauile (2001), a Economia Solidária surge, principalmente, a partir de esforços de pessoas que não mais encontram uma colocação no mercado de trabalho formal, ou seja, por iniciativas na busca por emprego. Esse quadro decorre aumento do desemprego durante a década de 1990 que apresentou, segundo Kraychete (2000), uma defasagem na oferta de emprego com taxas “no mínimo, o dobro das verificadas no final da década de 1980” (Kraychete et alii, 2000, p. 17). Índice que, no final da década de 1990, chegou a “20% da População Economicamente Ativa” nos grandes centros. Sendo que naquela década o período de procura por emprego aumentou mais que o dobro, se comparado com a década anterior. Para Kraychete, o período que um trabalhador ficou à procura de um novo emprego na cidade de São Paulo aumentou de 15 para semanas 42 no final da última década do século passado.

Conforme o autor, no início, as iniciativas populares voltadas à geração de renda foram vistas como se tivesse pouca significância política.

Até o início da década de 1990, atribuía-se pouca importância política às iniciativas populares que se dedicavam à produção/comercialização de bens e serviços. Pode se dizer que existia um certo preconceito, como se os grupos populares se maculassem ao entrar em contato com o mercado. Ou, então, eram vistos como uma expressão das ações assistencialistas destinadas a amenizar o aumento da pobreza. (Kraychete et alii 2000, p. 24).

Assim, podemos perceber, por um lado, o receio que essas iniciativas possuíam em atuar no mercado. Por outro lado, elas eram vistas como paliativas, ou seja, só atuavam para impedir que a pobreza se alastrasse. Segundo o autor, essa concepção vem mudando ultimamente, e tem se demonstrado como “geradora de milhões de novas formas de produção e sociabilidade”. Assim, estaríamos diante de “práticas que se vinculam ao mercado e enfrentam temas como o trabalho de renda e políticas públicas”. Isto é, elas “não se encontram mais à margem mas na confluência de fatos e análises que perpassam os movimentos sociais”.

A Economia Solidária não se manifesta, porém, somente no meio urbano. No Brasil, “a luta pela terra tem se desdobrado em mobilizações por linhas de créditos adequadas à agricultura familiar”. Isso exige dos trabalhadores rurais “novas formas de se relacionarem com o Estado e a sociedade”, ou seja, por exemplo, que eles se organizem em cooperativas para que possam viabilizar atividades, “agregar valor aos seus produtos” e comercializá-los. Segundo o autor, essa atividade é “assumida como um novo desafio pelas organizações de trabalhadores rurais”. Para ele, é “necessário reconhecer, entretanto, que, nos espaços urbanos, as iniciativas econômicas de caráter associativo enfrentam situações bem mais adversas do que no meio rural” (idem, p. 25).

II. 2. A participação social no desenvolvimento da Economia Solidária

Como vimos no capítulo I, a participação social, a partir de setores eclesiais tiveram importância no movimento para a reversão do quadro de exclusão econômica e social. Essa atuação, segundo Doimo (1995) pode ser percebida em uma avaliação

sobre projetos alternativos comunitários (PACs), entre os anos de 1989 e 1992, desenvolvida pela Caritas Brasileira. O estudo mostra que “a execução dos PACs” (Doimo, 1995, p 151-153) está, associada a várias iniciativas do movimento popular voltadas para a geração de renda. Segundo a análise, “tais iniciativas têm uma relação muito estreita com os projetos produtivos comunitários” . Eles estão diretamente ligados à comunidade rural e compreendem “na maioria movimentos de luta pela terra” .

Gaiger (2000) afirma que sua relação com a Economia Solidária surgiu a partir de pesquisas sobre os movimentos sociais a partir dos anos 1980. Podemos perceber concordância entre sua abordagem e a de Doimo quando ele afirma que “há mais de dez anos, em certos Estados, a Caritas Brasileira tem feito esse trabalho de apoio” (Gaiger, In: Kraychete et alii, 2000, p. 168-169). Para ele, essa atuação culminou no que veio a ser denominado Economia Solidária.

Ao fazer uma análise das duas últimas décadas, podemos, segundo o autor, “perceber, a partir do início da década de 1980 uma gradativa emergência e multiplicação de empreendimentos associativos de cunho comunitário e, às vezes, até semifamiliar” . A importância dos Movimentos sociais para a Economia Solidária só vem em um segundo momento quando “surgem empreendimentos formados dentro dos Movimentos sociais, também de cunho comunitário, ligados a questão da reprodução da vida” . E em um período mais recente é que iniciativas da Economia Solidária vêm sendo desenvolvidas por “movimentos sociais como o MST” . Para o autor, “também o sindicalismo e um conjunto muito grande de entidades têm se interessado e vêm se empenhando nesse campo de ação” (idem p. 168).

Entretanto, como vimos anteriormente, nos primórdios da Economia Solidária em nosso país, ou seja na década de 1980, pouca importância lhe foi aferida. Para Gaiger (2000), ela se resumia a atividades de característica “assistencial filantrópica”. Ou seja, não estavam no centro das iniciativas de “mobilização e de luta” . Era, para o autor, um “trabalho de formigas” realizado por “setores de igrejas” que demonstraram como característica, desenvolver essas atividades em “lugares mais isolados ou abandonados” . Assim, os iniciadores da Economia Solidária tinham orientação voltada para “os mais necessitados e os mais empobrecidos do nosso país” .

Esse ramo da economia vai, conforme o autor, paulatinamente, “ganhando visibilidade social” (idem p. 169). E só atualmente, segundo ele, é que “se pode falar também em viabilidade política”. Desta visibilidade é que decorre o “conceito de Economia Solidária”. Deste modo, na década de 1980, “não se falava em uma Economia Solidária, mas em projetos comunitários”. Ou seja o termo “experiências de geração de renda” é originário da década de 1990.

Um segundo ramo precursor da Economia Solidária no Brasil emergiu a partir da iniciativa sindical. Conforme Singer (2002), esse ramo da economia surge em nosso país “provavelmente como uma resposta à grande crise de 1981/83” (Singer, In Santos, 2002, p. 87). Nesse período, “muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar”. Em decorrência disso, muitas cooperativas assumiram a direção de empresas nesse estágio, evitando assim, que um grande número grande de empregados fosse demitido. Com o processo de demissão ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, “pouco a pouco se desenvolve uma tecnologia para aproveitar as oportunidades oferecida pela legislação dos trabalhadores”. Ou seja, a oportunidade de garantir postos de trabalhos, a partir do arrendamento ou aquisição da “massa falida” ou do “patrimônio dos antigos empregadores”.

Singer cita como primeiro exemplo dessa tarefa, a iniciativa de trabalhadores da empresa “Makerly, de Franca (SP), que então empregava 482 trabalhadores” (idem p. 88) e que se encontrava em processo falimentar em 1991. Os empregados, sob orientação do sindicato e do DIEESE, adquiriram as instalações dos proprietários da empresa. Isso, após a concessão de empréstimo por parte de um banco estatal. Após a intervenção do governo federal no banco, a linha de crédito foi suspensa e as atividades encerradas.

Segundo o autor, mesmo com o encerramento das atividades conduzidas pela cooperativa que a assumiu a empresa, a “experiência da Makerly foi a base” para o desenvolvimento de uma “metodologia de transferência de empresa capitalista a seus empregados”. Para o autor, existem “etapas cruciais” (idem, p. 89) a serem vencidas para que uma “empresa falida ou em vias de falir” seja transformada em uma empresa solidária. O primeiro passo está associado ao convencimento dos trabalhadores, ou seja, “levar aos trabalhadores os princípios da Economia Solidária... a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual” (idem, p.

87), ou seja, a “anuência” dos trabalhadores em “trocar seus créditos trabalhistas por cotas de capital” (idem, p. 89) da empresa a ser criada.

Em segundo lugar, é necessário “conseguir que o patrimônio da firma passe para os trabalhadores associados” (idem, p. 90-91). A “viabilização da nova empresa” através da “recuperação da clientela, dos fornecedores e dos créditos da antiga empresa” são outros aspectos fundamentais. Por último ele enfatiza a necessidade de capacitação em gerenciamento empresarial dos cooperados para que esses assumam de forma conjuntiva a direção da empresa .

Em 1994, foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) “não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação de seus postos de trabalho” (idem, p. 89). Ela tem como objetivo ainda, “assessorar as novas empresas solidárias” . Essa entidade tem, segundo o autor, desenvolvido um papel fundamental na criação de novas cooperativas no Brasil. Segundo Gaiger (2000), a Anteag, tem se desenvolvido de maneira considerável. “Hoje, já são mais de 50, as empresas a ela associadas, havendo, talvez perto de 20 mil trabalhadores sócios dessas empresas”. (Gaiger, In: Kraychete et alii, 2000. p. 169).

Gaiger (2000), diferenciando entre movimento social e sindicalismo afirma que além desses, um outro número considerável de entidades vêm se interessando pela Economia Solidária. Para o autor, “há muitos fatos que poderiam servir de exemplo desse movimento” (Gaiger In: Kraychete, 2000, p. 168). Segundo ele, os casos referentes ao empreendedorismo solidário freqüentemente mais citados estão associados ao Movimento dos Sem Terra e à Anteag. Ele enfatiza que

“mais recentemente, além de movimentos sociais como o MST, também o sindicalismo e um conjunto muito grande de entidades tem se interessado e vêm se empenhando nesse campo de ação”.
(idem).

Como abordado no capítulo I, verificamos, apoiados em Gohn (1998), que a partir da década de 90, os movimentos sociais passaram por uma reestruturação, atuando de lá para cá, mais como organizações não governamentais, ONGs, que adotaram uma função de destaque quanto ao tratamento de questões sociais como, por exemplo, a busca de alternativas para reverter o quadro de desemprego.

A partir desses registros históricos, podemos afirmar que a Economia Solidária, em nosso país, está diretamente associada a iniciativas conjuntivas para a geração e distribuição de renda, a partir da busca pela integração social de pessoas excluídas do mercado de trabalho. Não podemos omitir que o fenômeno da globalização trouxe consigo uma reorientação no mercado de trabalho. Isso aconteceu não somente nos países em desenvolvimento.

A transferência de parques industriais dos países desenvolvidos para os do outro grupo acarretou também em desemprego naqueles eixos industrializados. Tampouco podemos negar a existência de iniciativas de Economia Solidária em outros países. Como exemplo, podemos citar aqui a criação do banco de Bangladesh⁴ que surgiu a partir da concessão de crédito a pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza.

Isso nos mostra a necessidade de uma globalização voltada também para os direitos sociais. Entretanto, aprofundar esta questão extrapolaria o propósito do presente trabalho.

Perspectivas da Economia Solidária no Brasil

Para Singer (2000), a Economia Solidária tem oportunidade de crescer em nosso país:

Pelo menos neste momento, há reais perspectivas de se criar, no Brasil, uma Economia Solidária explícita. Não apenas essa implícita, que sempre existiu e continua se formando. Mas uma Economia Solidária explícita, autoconsciente, que está se encontrando... venho participando de reuniões como essa há um

⁴ O Banco do povo surgiu em 1974, a partir de uma experiência em Bangladesh, na Ásia, feita pelo economista Muhammad Yunus. Professor de uma grande universidade indiana, Yunus se perguntava por que os empréstimos não conseguiam conter a pobreza e a fome no país e decidiu ganhar as pequenas vilas para observar com seus alunos o cotidiano daquela gente. Foi então que descobriu que eles precisavam de um ou dois dólares, às vezes até centavos para iniciar seus pequenos negócios. Tirou do próprio bolso 27 dólares e emprestou a 43 pessoas a juros baixíssimos, menores do que os praticados pelos agiotas de plantão. A agiotagem acaba sendo, até hoje, um dos poucos recursos financeiros para a população mais carente, já que os empréstimos bancários exigem garantias muito altas. A iniciativa de Yunus deu certo. Hoje o Banco do Povo de Bangladesh já ajudou cerca de 10% da população de baixa renda a alavancar seus negócios, a partir do aval solidário. In: <www.planetaportoalegre.net/publique/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/1P4OP/view.htm?user=reader&editionsectionid=319&infoid=9611>.

ano e meio. Pelo menos há três anos eu estou nessa luta. Mas há um ano e meio, quase que todo mês, 2 a 3 vezes, vou pelos vários lados do Brasil. É um negócio muito entusiasmante. (Singer, In: Kraychete et alii, 2000, p. 155).

Ou seja, para o autor, há Economia Solidária possui oportunidade de expansão no Brasil. Ele destaca que ela já existe de forma implícita e que as perspectivas para uma Economia Solidária em posição de destaque são promissoras. Segundo o autor, há uma tendência crescente do aumento de pessoas compartilhando da idéia da Economia Solidária, o que ele denomina de “negócio muito entusiasmante”.

Percebemos, em nossa pesquisa, que a Economia Solidária tem apoio por parte institucional. Exemplo disso são as iniciativas do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, do Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes/Mte. Esse programa, “executado em parceria com outros órgãos do governo e com organizações e movimentos da sociedade civil” constitui “um conjunto de ações de apoio à difusão e ao fortalecimento da Economia Solidária no Brasil” (Brasil s/d, Mte s/n).

Segundo o documento, este programa, em implementação

“a partir de uma articulação com entidades da sociedade civil, principalmente entre aquelas organizadas nacionalmente no Fórum Brasileiro de Economia Solidária nos 27 estados da Federação a partir de Fóruns Estaduais de Economia Solidária”

Os principais objetivos são:

Contribuir para a geração de trabalho e renda através da Economia Solidária;
Participar de políticas estratégicas de combate à pobreza através do fomento a Economia Solidária;
Contribuir para a consolidação das políticas públicas federais, estaduais e municipais voltadas à Economia Solidária;
Promover, fomentar e fortalecer a Economia Solidária no Brasil (idem).

Já para Singer (2000), esse apoio é garantido pela participação de outras entidades:

... essas cooperativas que estamos formando, que estamos incubando em nossas universidades, que estamos criando através da Anteag, das Secretarias Municipais do Trabalho e de iniciativas as mais diversas, estão mergulhadas na sociedade capitalista, nos valores competitivos, individualistas etc., da sociedade capitalista. Fechar os olhos a isso e dizer: não, vamos fazer um parêntese, vamos criar uma coisa completamente fechada, protegida – como, mais ou menos, imagino, devam ter sido os conventos na Idade

Média... Não, não é por aí que nós vamos transformar o país. Para mim, a proposta de Economia Solidária é para todos, não é para uma minoria seleta que pelo seu exemplo, exclusivamente, vai ajudar a transformar a humanidade. (Singer In: Kraychete et alii, 2000, p. 150).

Neste contexto, o autor destaca o papel desempenhado por parte de universidades que atuam como incubadoras de empresas. Outra entidade que também está voltada para a criação de cooperativas de empreendimentos solidários, é como vimos no capítulo anterior, a Anteag. Para o autor, as Secretarias Municipais de Trabalho também prestam sua parcela de contribuição.

Entretanto, o autor adverte que não podemos esquecer que essas incitativas estão inclusas no mundo capitalista: “estamos numa economia de capitalista e o modelo da cooperativa, no fundo, é de empresa e capitalista” (idem, p. 155). Desta forma, não se pode imaginar que elas, na realidade atual, se excluam desse modelo. O que as difere do modelo econômico tradicional, é como vimos no capítulo anterior, a forma de atuação de seus membros. Isto é com “igualdade e democracia; igualdade econômica relativa e democracia de decisão absoluta” (idem, p. 149). Entretanto, os valores competitivos são os norteadores do campo onde ela hoje atua.

Diante disso, a situação atual vivenciada pelas cooperativas não é a ideal, pois muitas se encontram “isoladas, débeis, precisando fazer das tripas coração para sobreviverem economicamente” (idem, p. 158). Para ele, isso representa um “seriíssimo perigo de elas se transformarem num simulacro da empresa capitalista”, ou seja, de instituírem “normas democráticas e igualitárias” que não são praticadas “que ficam no papel”. Isso, em sua visão, ocorre não por negligência da gestão cooperativista, ou seja, “porque a direção seja demoníaca e assim o queira”, porém, pela omissão dos outros cooperados: “por que o resto pessoal está muito feliz de conseguir tirar o bom salário e não ter perigo de ficar desempregado”.

O autor lembra ainda que a unidade típica da Economia Solidária, a cooperativa, nem sempre é bem vista em nossa sociedade:

A palavra “cooperativa”, em nosso país, é muito controversa. Há um monte de cooperativas falsas, que de cooperativa só tem o nome. Então, ..., vamos falar em empresas autogestionárias. Há 200 anos, a classe trabalhadora no mundo inteiro está formando empresas autogestionárias. Isso é um fato. Um fato histórico, eu diria, e muito pouco considerado por todos nós. Eu mesmo, ao reler trabalhos meus, escritos há 10 anos, simplesmente não considerava

o modo de produção cooperativa como um modo de produção específico. Eu sempre trabalhei com modos de produção no capitalismo, mas me esquecia de que havia também esse. (Singer In: Kraychete et alii, 2000, p. 151).

Para ele, essa visão distorcida decorre do fato que “há um monte de cooperativas falsas”. Deste modo, o autor prefere se referir a cooperativas como empresas autogestionárias. Ao adotar esse termo, ele neutraliza a carga polêmica sobre a primeira definição. Entretanto, para o autor, isso não invalida o sistema cooperativista. De acordo com ele, “o modo de produção cooperativa” é visto como um “modo de produção específico” que existe há mais de um século; porém muitas vezes esquecido.

Ele afirma, ainda, que “há mais Economia Solidária nesse país do que a gente imagina. Certamente, não é a economia dominante”. (idem, p. 152). E, assegura:

mas ela é forte e muito difusa. E pode vir a se fortalecer ainda mais se nós conseguirmos trazê-la à tona: tornar essas muitas cooperativas, associações etc. conhecidas entre si, e criar formas de troca solidária, de comércio solidário. As 15 incubadoras universitárias de cooperativas poderiam também incubar cooperativas que fecham as cadeias produtivas das cooperativas. (Singer In Kraychete et alii, 2000, p. 152).

Seguindo sua fundamentação ele menciona “um fórum de Economia Solidária em São Paulo” do qual participam “17 grupos de costura”. Ele enfatiza que esses grupos são formados por pessoas de poder aquisitivo muito baixo; “são pequenas pré-cooperativas, de mulheres muito pobres, que obtiveram algumas máquinas de costura e tentam sobreviver”. Segundo ele, a costura, a confecção é uma das áreas mais requisitadas. Assim, foi importante “resgatar esses dezessete grupos”, e mais ainda, *tentar juntamente com entidades como o “Senai, tentar melhorar o nível tecnológico de sua atividade”*. É planejado ainda, o trabalho em parceria com grupos de artistas “para que criem um produto de alta qualidade”.

Para Singer, um exemplo que iniciativas desse porte podem ter êxito é dado ao citar uma “cooperativa de confecção incubada pela prefeitura” de Porto Alegre. Segundo ele, essa cooperativa tornou-se conhecida até mesmo em âmbito internacional, fazendo “desfile de modas em Buenos Aires”.

Um fator fundamental que contribui para o desenvolvimento de empreendimentos sociais é a educação. Aqui falamos não da educação curricular,

mas da formação para a cidadania promovida, por exemplo, através de seminários com o emprego de jogos cooperativos. Para Singer, isso é importante para que as pessoas perceberem que elas próprias “já praticavam um monte de solidariedade”. Entretanto o faziam “sem ter esse conceito, sem ter essa consciência”. Para o autor, a prática de solidariedade dá-se devido ao fato de que “pobre, se não é solidário, não sobrevive”. Ele afirma ainda:

... nós transformamos isso, que é uma prática, uma prática com fins práticos, num valor. Eu ainda diria que eles absorvem esse valor com sofreguidão. Não é uma coisa artificial; não é algo que se tenta passar com discurso de classe média. É um valor que é deles. Eles sabem que é isso mesmo, que a união faz a força; que se eles se ajudarem, têm possibilidades praticamente ilimitadas. Mas que isoladamente, cada um está encerrado no círculo vicioso da pobreza, numa tremenda crise, quase uma catástrofe. (idem, p.153).

Ou seja, através desses descobrimentos as pessoas vão tornando-se mais solidárias. Assim isso colabora para uma libertação do ambiente de carências no qual estão inseridos.

O autor cita outro exemplo de como o modelo de Economia Solidária se faz presente no Brasil destacando a existência de “incubadoras no Rio, no Ceará, em São Paulo e em outros lugares”. Para ele as iniciativas desse ramo da economia estão diretamente ligadas a “uma população realmente muito pobre” (idem, p. 152) que “por enquanto, não tem crédito nenhum”. Assim, “muitas vezes, o que acaba se criando é uma cooperativa de trabalho que parece demais uma agência de trabalho” (idem, p. 152-153). Entretanto, para o autor, o primordial é a transformação pessoal vivenciada por esses indivíduos. Ele complementa: “basta olhar para a cara das pessoas que formam cooperativas nas favelas”. (idem, p. 159). Entretanto ele ressalta que a Economia Solidária “não tem que ser economia de pobre” (idem, p. 152).

Singer (2000) adverte para o equívoco de se pensar que a Economia Solidária seja a “única forma de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas” (Singer et al, 2000. p. 15). Ele lembra que pobreza e exclusão não são pré-requisitos para que suas vítimas se tornem mais solidárias. Essa solidariedade existe sim entre os pobres. Entretanto, ela, fundamental para a sobrevivência deles, se manifesta, com maior frequência, em relação aos entes mais próximos. Desta forma, grupos em situação de idênticas pobreza e exclusão social disputam, com todas as forças, oportunidades entre si.

Neste contexto, observamos que para o autor, solidariedade não surge obrigatoriamente da vivência de situações de exclusão. Lembramos o que afirmava Scherer-Warren (1999) que é necessário que os atingidos por tal situação adquiram a consciência de que estão sendo tolhidos em um direito seu.

Assim, segundo Singer (2002), uma condição para que a Economia Solidária se viabilize é que “a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital” (Singer In: Santos, 2002, p. 87), ou seja a classe assalariada, tenha clareza de “que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social”.

O autor alerta, entretanto, para a incerteza quanto ao êxito das cooperativas criadas: “tenho quase certeza de que grande parte das cooperativas que estamos formando, provavelmente, não vão dar certo economicamente” (Singer In: Kraychete et alii, 2000, p. 153). Porém, para ele, o mais importante foi despertar no meio acadêmico o interesse pelo acompanhamento de iniciativas cooperativistas. Segundo ele, esse número ainda é pequeno. Porém ele acredita que esse número crescerá em breve e “vai constituir uma vasta Economia Solidária no Brasil” (idem, p. 150).

Já Mance (2002) destaca a existência de um “processo de germinação” (Mance, 2002, s/n) em direção a uma “Revolução das Redes Solidárias”. Elas, demonstradas nos fóruns sociais mundiais, vêm se multiplicando em vários campos. O autor, menciona que essas redes surgem como resposta, “uma alternativa pós-capitalista à globalização atual”, e que elas são precursoras de “uma nova esfera de contrato social”. Ele demonstra coesão com os outros especialistas anteriormente citados ao afirmar que os atores dessas iniciativas, tanto em nossa sociedade quanto na sociedade civil a nível mundial são oriundos de segmentos excluídos.

Para o autor, é importante destacar que essas iniciativas, organizadas em rede, buscam alternativas que possam “superar a lógica capitalista de concentração de riquezas”, de desrespeito ao meio-ambiente, e que elas primam pela adoção de “novas relações econômicas”. Desta forma, no âmbito da Economia Solidária são desencadeados “múltiplos processos em paralelo”. Desta forma, não há “um ponto de partida, um comando centralizado” a partir do qual se desencadearam as “práticas de comércio justo”. Assim, torna-se mais evidente a necessidade de uma “integração cada vez complexa do conjunto dessas redes”.

Assim, Mance (1999) enfatiza que “o conceito de Colaboração Solidária é mais complexo que o de Economia Solidária” (Mance, 1999, p. 178). Para ele, a primeira, não “trata apenas de uma proposta econômica para gerar empregos e distribuir renda” (idem, p. 179), e muito mais, de uma reciprocidade do exercício da liberdade pública e privada como “uma compreensão filosófica da condição humana” . O autor traz a figura do consumidor à discussão o que apresenta um contraponto aos fatores meio de produção, distribuição e trabalho.

Observado por esse ângulo, “o sentido do consumo solidário é possibilitar que as condições materiais do exercício da liberdade sejam disponibilizadas para o maior número de pessoas” (idem, p. 180). Pois, isso pode

“colaborar na geração de mais empregos, na melhor distribuição de renda, na progressiva redução da jornada de trabalho para todos, na promoção de um desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável” .

De acordo com Gaiger (2000), provavelmente a Economia Solidária seja uma utopia, dentro do modelo de economia de mercado vigente em nosso país, ou seja, certamente não encontraremos nenhum empreendimento do setor que corresponda a todas as premissas arroladas:

combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por outro lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios, no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura ...”(Gaiger, In: Kraychete et alii, 2000, p. 177).

Considerando o pensamento acima, podemos, ainda, argumentar, orientados por Demo (1989) que, mesmo tida como impossível de ser realizada em seu sentido mais amplo na nossa atualidade, a Economia Solidária aponta perspectivas, pois

embora irrealizável por definição, a utopia faz parte de nossa realidade, descrevendo seu conteúdo mais dialético. À primeira vista, parece apenas um jogo de palavras, e – é bom que se diga – como muitas diatribes dialéticas, esta discussão pode de fato tornar-se um simples jogo de palavras. Mas não cremos que seja assim necessariamente. Está por trás disto uma visão da dinâmica histórica, que a toma como uma realidade sempre necessariamente relativa, condicionada pela fase histórica vigente, dentro da perspectiva que aceita toda formação social como suficientemente conflituosa para ser historicamente superável. Não há fase definitiva, nem perfeita, que já não produzisse suas contradições. Os conflitos não são defeito, porquanto pertencem simplesmente

ao modo de ser da realidade, de tal forma que a superação histórica também é um movimento normal, já que tudo é apenas fase. (Demo, 1989, p. 142-144).

Para Demo, há dois parâmetros centrais que nos orientam na “visão dinâmica da história”. O primeiro diz respeito à “realidade concreta, sempre relativa e imperfeita, necessariamente criticável”. Essa realidade é “passível de superação”. O segundo está associado “à projeção perfeita que fazemos da sociedade”. Deste modo, é importante observarmos a realidade atual, criticá-la, e, paralelamente traçarmos um quadro de como gostaríamos que ela fosse. Se assim não o fizessemos, nos daríamos por contentes com a “relatividade da fase vigente”, e não poderíamos imaginar um futuro que a superasse. Estaríamos fadados a uma “sociedade muito pobre” por não termos a capacidade de vê-la “diferente, melhor, e até superada”.

Neste aspecto, Gaiger (2000) alerta para alguns equívocos que poderíamos cometer, ao idealizarmos uma nova realidade especificamente relacionada à Economia Solidária. O primeiro seria “o de se confundir o que a gente deseja com a realidade, esquecendo-nos do contexto, das circunstâncias, dos problemas” (op cit). O segundo equívoco, seria “criamos um conceito” e depois passamos a usá-lo “como um instrumento de poder simbólico e, logo em seguida, de poder político”. Em seguida ele adverte para o perigo que pode se incorrer ao “elevar demais as expectativas”.

Entendemos aqui, que Gaiger se refere à comparação feita entre empreendimentos solidários e empreendimentos de setores da economia vigente. Assim, os parâmetros de comparação empregados não podem ser empregados de forma linear aos dois modelos. Ele menciona, por exemplo, que algumas pessoas não se dispõem a apoiar iniciativas solidárias, pois estas apresentam “n problemas” e que “não valeria a pena investir nelas” antes que se demonstrassem rentáveis. Para ele, um dos principais parâmetros a serem empregados diz respeito à pergunta “onde estariam essas pessoas...?”. Ou seja, ao não ser priorizado, o fator trabalho, um diferencial dentro da Economia Solidária, é depreciado, em favorecimento do fator rentabilidade.

Outros fatores a serem observados são a viabilidade e a eficiência. Para ele, ao mencioná-los, visualizamos logo o conceito de “auto-sustentação”, ou seja, “um empreendimento que consegue dar conta daquilo que é necessário para a sua

reprodução”. Isso é confundido com “independência social e econômica plena”, o que “não existe em nenhum setor econômico” .

Nestes termos, percebemos a importância de ensaiarmos uma visão diferente da realidade atual, nos questionando, até que ponto não estamos incorrendo em equívocos, como os anteriormente mencionados. Vimos ainda, que as iniciativas para geração de renda, surgiram a partir da iniciativa de setores excluídos do mercado de trabalho, ou seja, neste âmbito, os esforços gerados por grupos da sociedade civil estão intrinsecamente associados à busca de alternativas por inclusão econômica e social.

Um estudo desenvolvido em 2005 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego⁵, identificou 14.954 iniciativas da Economia Solidária em 2.274 municípios do Brasil. Isso significa dizer que estes empreendimentos estão presentes em 41% dos municípios brasileiros. 44% dessas iniciativas foram detectadas na região Nordeste, em seguida, a região Norte apresentou 13%, a região Sudeste, 14%; a região Centro-oeste, 12%; e a região Sul com 17%.

A pesquisa informa que foram ainda identificados por volta de 1 milhão e 250 mil participantes; é estimado um número de 25 mil trabalhadores e trabalhadoras, não sócios que possuem algum vínculo com iniciativas da Economia Solidária.

Segundo a pesquisa, as iniciativas dos empreendimentos da Economia Solidária estão 54% organizadas em associações e 33%, em grupos informais. Já as cooperativas representam 11%; outras formas tais como sociedades mercantis, estão representadas por 2%.

A criação dos empreendimentos solidários está 45% associada à solução do quadro de desemprego, em seguida foi apontada a busca de complementação da renda (44%). Já 41% dos entrevistados disseram estar interessados em obter maiores ganhos. 31% afirmaram ser a forma conjuntiva de gerir o empreendimento, o que lhes leva a participar; 29%, indicaram o acesso ao crédito como fator de motivação para gerar um empreendimento solidário.

⁵ Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

CAPÍTULO III – A contribuição do Serviço Social e a Economia Solidária

III. 1. O surgimento do Serviço Social como profissão

Para Netto (2001), um estudo sobre a história do Serviço Social só tem fundamento se permear todo um “conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais” (Netto, 2001, p. 69). Ao omitirmos este aspecto, na avaliação do autor, estaríamos fadados a incorrer no erro de elaborarmos uma “crônica essencialmente historiográfica e linear”. Logo em seguida, o autor afirma que os relatos sobre o Serviço Social são geralmente ricos em dados inerentes aos rumos que apontam

dos intentos de racionalização da assistência (a partir da segunda metade do século XIX) à criação dos primeiros cursos de Serviço Social (na passagem do século XIX ao XX).

Mais adiante, ele partilha que as exposições sobre o Serviço Social apresentam uma tônica voltada à tese de que

a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na organização da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já organizadas, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o envolver como que desenharia um continuum.

Tal conceito, ou “angulação tradicional” apresenta uma debilidade que vai além do “traço mecanicista” e, seria insuficiente para aclarar “o fundamento que legitima a profissionalidade do Serviço Social”. Nestes termos, o “embasamento teórico” é quem fixa a “legitimação profissional”. Para o autor, apreciações fundamentadas como a concepção acima “sinalizam mais que um equívoco analítico de muitos autores que com ela se solidarizam” (*idem*, p. 70).

Existe uma “relação de continuidade” entre o “Serviço Social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais desenvolvidas desde a emergência da

sociedade burguesa”. Entretanto, é necessário conceituá-las em um “período histórico” para que não se incorra na “nebulosa noção de ajuda e profissão”.

O surgimento do “agente profissional” do Serviço Social foi caracterizado por essa “continuidade”, contudo, ela sozinha não pode elucidar a “profissionalização do Serviço Social” (idem, p. 71).

Em outro momento o autor afirma que a asseveração profissional acontecera a partir da delineação em analogia às ações beneficentes. Em suas palavras,

O processo de afirmação e desenvolvimento do Serviço Social teve como corolário o estabelecimento de suas fronteiras em relação às atividades filantrópicas, basilares nas suas protoformas (idem, p. 99).

Neste contexto, existem dois aspectos que requerem uma observação mais minuciosa quando analisamos a profissionalização do Serviço Social. O primeiro está relacionado ao surgimento do agente profissional em si. Para o autor,

A constituição de um tal agente começa por refuncionalizar referências e práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais às quais elas se vinculam (idem, p. 71).

O segundo, está voltado às práticas desempenhadas por esse profissional, ou seja, as práticas dos agentes

nem sempre implicam a supressão quer do background ideal, quer dos suportes institucional-organizativos anteriores, podendo conservá-los por largo tempo.

Assim, ao analisarmos o Serviço Social, dado que “a relação de continuidade manifestou-se com invulgar clareza”, podemos cometer o equívoco de interpretarmos o espaço percorrido entre as “protoformas do Serviço Social” à profissão, como um simples “desenvolvimento imanente”.

Iamamoto (1997, 2001) elucida o surgimento da profissão do Assistente Social, fundamentada na divisão da sociedade em classes, tomando como ponto de partida a relação entre elas, e, a intersecção capital-trabalho. Neste contexto, ao contribuir para o crescimento do lucro da classe capitalista, a classe trabalhadora diminui as próprias possibilidades de adquirir seus “meios de vida”. Isso colabora com a gênese de dois aspectos a serem observados: o primeiro, a geração de riqueza “para os outros”. O segundo, diretamente associado à reprodução de “uma parcela da população” que é considerada “excessiva às necessidades médias do capital”. (Iamamoto, 2001, p. 59).

Isso leva, segundo a autora, ao surgimento de um “exército industrial de reserva”, ou seja, uma “superpopulação trabalhadora disponível” em virtude da própria gênese do capital, ou seja, do “processo de acumulação” que se renova sob o pré-requisito da “existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis”. Isso ocorre, pois estas “massas” podem ser absorvidas a qualquer momento, colaborando para que a produção, ainda não atingida em “outras órbitas”, seja poupada de qualquer debilitação. Em outras palavras, a indústria conta com uma mão-de-obra à qual pode recorrer, quando necessitar, e, dispensar, à medida que essa não lhe for mais necessária.

A autora menciona ainda, a existência de uma classe social de “trabalhadores que vivem numa situação de pauperismo, constituída não só de pessoas capacitadas para o trabalho”, e, a “superpopulação intermitente, cujo nível de vida encontra-se abaixo da média da classe trabalhadora”. (idem, p.61).

Segundo ela, o pensamento capitalista, fundamentado, como já vimos, no acúmulo material, tem uma outra linha norteadora que diz respeito à capacidade de geração do capital, a partir de um capital anterior, ou seja, possui um “poder místico de gerar mais capital”. Este aspecto é, para o capitalista, visto como “mero mecanismo de mercado: comprar mais barato e vender mais caro”; é omitido, portanto, que as raízes deste capital remontam à apropriação, por parte da camada burguesa, da mão-de-obra – não paga – à “classe trabalhadora”.

Este “capital acrescido” – na forma de mercadoria – é levado ao mercado para que “este valor valorizado” venha a realizar-se novamente e, por sua vez, se transforme “novamente em dinheiro”; mecanismo, segundo, a autora, “necessário para se reiniciar o ciclo produtivo”. (idem, p. 62-63).

A autora afirma, ainda, que “a produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e recriação das formas sociais de que se reveste, é um processo eminentemente social”. Para ela,

a lei geral da acumulação de supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade - para classe capitalista - inseparável da acumulação da miséria e da pauperização a daqueles que produzem riqueza com uma riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital (idem, p. 65-66).

Isso acarreta, em sua análise, uma discrepância entre o “crescimento do capital” e o poder material da “população trabalhadora”. Ou seja, o acúmulo do

capital apresenta proporções exatamente inversas ao empobrecimento da classe trabalhadora, não a levando, entretanto, a um pauperismo absoluto, ou seja,

Não se trata, necessariamente, de pauperização absoluta, mas relativa à acumulação do capital, que atinge a globalidade da vida da classe trabalhadora. A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador; o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar (idem, p. 66).

Nesta linha de raciocínio, a autora afirma que “a reprodução das relações sociais não se restringe à produção da força viva de trabalho e dos meios o objetivo de produção”. Essa reprodução vai além, ou seja,

refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: e jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais citou uma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. (idem, p. 72).

Fundamentada na análise acima, a autora corrobora que “a reprodução das relações sociais” é antes de tudo, a “reprodução da totalidade do processo social”, e ainda, “a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade”. Ou seja, “um modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade”.

Diante dessa concepção, a autora afirma que o Serviço Social emerge a partir de ações de grupos das classes dominantes. Esses grupos manifestavam-se “através da Igreja” na forma de “apostolado leigo”. A profissão surge, segundo ela,

como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente feministas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de soerguimento moral da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano (Iamamoto, 1997, p. 19).

Dessa forma, em sua gênese, a profissão é assinalada não somente como uma forma de praticar a caridade, mas também, como maneira de intervir ideologicamente “na vida da classe trabalhadora”. A autora compartilha que os efeitos da classe profissional do Assistente Social não são meramente técnicos, porém, mais ainda,

“essencialmente políticos”, pois o que é objetivado, em última análise, é “o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes”. Para ela, isso constitui um reforço mútuo da “colaboração entre capital e trabalho” (idem, p. 20).

Na concepção da autora, a “caridade tradicional” é tida como simples “reprodutora da pobreza”. O Serviço Social, por sua vez, sugere “uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais”. Neste parâmetro, a profissão diferencia-se, ainda, da maneira que a assistência pública é prestada. Em suas palavras, O Serviço Social distingue-se

também da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos “problemas sociais” (Iamamoto, op. cit, p. 20).

Nestes termos, o Serviço Social, vai contra a concepção estatal homogeneizadora, voltando-se muito mais, a “uma individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais”; ele age não por iniciativa própria, mas “através de entidades filantrópicas privadas e através do Estado”. Neste modo de atuar, o Serviço Social desconhece, primeiramente, “o caráter de classe dos antagonismos sociais”. Já em um segundo momento, os resultados decorrentes

são considerados motivos relevantes para um tratamento sócio-educativo da “clientela”, tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. O Serviço Social se propõe ainda, a uma ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro do programa da militância católica, contrapondo-se às iniciativas provenientes de lideranças operárias que não aderem ao associativismo católico (idem, p. 20-21).

Deste modo, em sua gênese, o Serviço Social apresenta bases “mais doutrinárias que científicas”, e está intrinsecamente associado a um movimento de cunho reformista-conservador.

A consolidação das bases profissionais, no que tange ao “suporte técnico-científico” foi profundamente influenciada pelos avanços científicos de cunho conservador, ou seja, ela ocorreu a partir da inserção de conhecimentos das “Ciências Sociais”, sobretudo “de sua vertente empiricista norte-americana”.

Assim, esse “pensamento conservador” que norteou o “universo intelectual” não contribuiu para uma extrusão em relação ao pragmatismo profissional;

colaborou, porém, para que “as tendências pragmatistas da profissão” fossem, segundo a autora, reforçadas e atualizadas. Nestes termos, o

Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem” (idem, p. 21).

Em outras palavras, o Serviço Social não abdica de sua característica técnico-instrumental na atuação frente à classe trabalhadora urbana. Muito mais, o profissional dessa área busca respaldo na concepção humanista, presente, nas Ciências Sociais da contemporaneidade. Este apoio, por sua vez, contribui para a “perpetuação” do modo “especial” com o qual a profissão é apreciada – já que está a “serviço do Homem”.

Para Iamamoto, a sociedade capitalista expressa um *modus vivendi* fundamentado no racionalismo e no conservadorismo. Essas duas concepções representam, entretanto, a unidade de duas maneiras de pensar, ou seja:

racionalismo e conservadorismo são duas maneiras de viver e de ver a sociedade, portanto, dois pensamentos integrados a um único estilo de pensamento, que exprime um modo de vida: o da sociedade capitalista (idem, p.23).

Nestes termos, a autora valida que o conservadorismo extrapola a continuação temporal do legado intelectual europeu do século XIX. Ao serem reinterpretadas, as idéias de então, podem ser transmutadas e direcionadas a uma concepção explanatória partidária à sustentação da “ordem capitalista”. Tal procedimento contribui para uma aproximação dos

pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade (idem).

Netto (2001) é partidário dessa concepção. Para ele, é neste horizonte que o Serviço Social “nasce e se desenvolve embebido em idéias conservadoras, incorporando as ambigüidades do reformismo conservador” presente nas “Ciências Sociais contemporâneas”. Suas práticas profissionais estão intrinsecamente

associadas, segundo Netto (2001), a uma organização da sociedade fundamentada no monopólio. Para o autor,

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à racionalização da “filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica (Netto, op. cit, p. 73).

Segundo Yamamoto (1997), o pensamento conservador tem raízes afincadas no “nós”. Para ela, essa corrente, concebe o indivíduo como “parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos”, ou seja, ele não é visto em sua unidade “isolada e atomizada na sociedade”.

Parafrazeando a autora, nesta concepção, a individualidade é radicalizada e a desigualdade é tida como característica essencial do ser humano; dela decorre a particularidade do ser. Isso apreendido, e tomado como ponto de partida, a liberdade – individual, portanto – está diretamente associada à capacidade do homem em crescer, segundo suas capacidades e barreiras individuais. Deste modo, a individualidade, inerente à esfera privada, é elevada a um patamar de destaque, enquanto as relações externas e sociais são imersas nos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina.

Conforme a autora, o conservador não reconhece os “princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo” e manifesta sua reação contra estes fundamentos. Em outras palavras, o conservador ancora seu pensamento nos parâmetros “imediatos da situação com que se defronta”. Deste modo, ele valoriza “os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares”, e ignora a “apreensão da estrutura da sociedade”. A autora afirma ainda que

o conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e idéias que se afiguram ameaçadoras à sua influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes (Yamamoto, op cit, p. 24).

Nesta mesma linha de raciocínio, Dussel (2000), afirma que o pensamento conservador não admite críticas ao sistema em voga, nem tampouco, permite o

vislumbrar uma sociedade melhor que aquela em curso. Ele vive preso a um passado, pretensamente melhor. Para o autor,

De fato, o conservador julga que a sociedade vigente não pode ser criticada nem substituída por nenhuma sociedade futura melhor; por isso uma crítica global (o “holismo” tantas vezes repudiado) ao sistema presente é impossível, inoperante, ou, o que é pior, é destrutiva. Não há alternativas! Pulsionalmente o “conservador” é regido pelo “princípio de morte” (já que todo tempo passado foi melhor) ou pelas pulsões de pura reprodução, e rejeita o momento criador (Dussel, 2000, p. 380).

Ou, nas palavras de Oliveira⁶ (1995) o conservador “considera o dado imediato como a realidade enquanto tal e, conseqüentemente, a exigência de sua transformação como ideológica” (Oliveira, 1995, p. 124).

Retomando Yamamoto (1997), vimos que a concepção organizacional da sociedade é tida como “fruto de uma ordenação natural do mundo”; o conhecimento, por outro lado, “visa o controle prático das situações presentes”. O conservador, segundo ela, não valoriza os impulsos da “estrutura da sociedade” como um todo. Assim, a análise conservadora toma “os contornos imediatos”, como ponto de partida e aprecia os eventos singulares; os elementos conjunturais históricos e pensamentos que possam apresentar uma ameaça são elementos fundantes para a reação do “pensamento” conservador.

Neste âmbito, a autora cita a análise feita por Nisbert (1969) relativa ao conceito de comunidade. Logo em seguida ela afirma

A força da comunidade provém de motivações mais profundas que o mero interesse racional: nela o homem é concebido como totalidade, e não a partir dos papéis que desempenha na ordem social. Seu modelo, do ponto de vista histórico, é a família. Os laços de comunidade passam a compor a idéia da “boa sociedade”, estando na base do conceito social, tal como é predominantemente utilizado pelos sociólogos. O simbolismo da comunidade torna-se um meio de legitimação das relações sociais, um novo esquema de utopia (Yamamoto, *op. cit.*, p. 25-26).

III. 2. A ambigüidade da profissão

Neste horizonte, e na concepção, do “princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais”, o Serviço Social, incorpora o humanismo cristão. Nas palavras da autora, é somado

⁶ Oliveira, Manfredo Araújo de. *Ética e práxis histórica*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

a este universo teórico um outro elemento: a filosofia social humanista cristã. Ao mesmo tempo, aprimora os procedimentos de intervenção incorporando os progressos do Serviço Social norte-americano no que se refere aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades. Ou seja: enquanto os procedimentos de intervenção são progressivamente racionalizados, o conteúdo do projeto de ação profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista (Iamamoto, *op. cit.*, p.28).

Em sua avaliação, este aspecto “teórico-doutrinário-operativo” favorece, como vimos anteriormente, a perpetuação do “caráter missionário” da profissão. Isso ocorre paralelamente a uma atualização das “marcas de origem” e às exigências impostas pela “modernização da sociedade e do Estado”. Este feito colabora para um posicionamento anfíbológico por parte dos profissionais: de um lado, atuam seguindo exigências da classe burguesa, de outro, apresentam uma

recusa aos “excessos de diferenciação social”, como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do “homem” (*idem*).

Assim, segundo a autora, é possível ao Assistente Social ver sua prática como elemento fortalecedor da “ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais”; os “efeitos da ação profissional”, por sua vez, são tidos como um indeferimento da visão humanista que norteiam a profissão.

Essa alienação é presenciada, ainda, na concepção humanitária “das condições de vida e de trabalho dos segmentos sociais” acompanhados pelo Assistente Social. Nestes termos, o “trabalho assalariado” é concebido como componente característico da “ordem social natural”. Já a prática profissional tem como meta ser “um instrumento de reconhecimento da pessoa do trabalhador, enquanto indivíduo particular”, enquanto sujeito (*idem*, p. 28-29).

A atuação profissional é, por sua vez, justificada pelos desacertos decorrentes da “exploração capitalista do trabalho” que são, de acordo com a autora, interpretados como “problemas sociais”. Entretanto, os componentes históricos acima mencionados não são ponderados. Fundamentadas nesse diagrama estão, segundo a autora, “a concepção humanista-cristã de vida e a exploração burguesa do trabalho”. Dando continuidade a seu raciocínio, ela afirma que “as bases da organização social são tidas como dadas e não são questionadas em suas raízes”, e ainda, que “a exploração das classes” é conjeturada a partir desse

entendimento. Nestes termos, as disparidades sociais são supostamente vencidas a partir de empenhos desencadeados

no sentido de fazer com que burguês e operário sejam solidários, visto que sua condição comum, a de pertencerem a uma mesma “comunidade produtiva” e também de “seres humanos” (idem. cit, p. 29).

Nessa perspectiva, portanto, o Serviço Social deve atuar meramente como elemento colaborador “à reforma do homem dentro da sociedade”.

Deste modo, mesmo que existam programas de “conteúdo utópico” para a sociedade, os conteúdos propostos não apresentam um contraponto “à ordem capitalista”; muito mais: as ações derivadas de tais concepções “passam a ser mobilizadas que incentivadas pela própria burguesia e pelo Estado”.

Já Netto (2001), afirma que, em sua origem, o mercado de trabalho do profissional do Serviço Social está “constituído pela via das políticas sociais do Estado burguês no capitalismo monopolista” (Netto, op. cit, p. 75). Esse alicerce dá origem ao caráter anfíbológico da profissão. Em suas palavras:

As políticas sociais conformam um terreno de conflitos – e este é o aspecto decisivo – : constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo do proletariado, elas se mostram como territórios de confrontos nos quais a atividade profissional é tensionada pelas contradições e antagonismos que as atravessam enquanto respostas (Netto, op. cit, p. 78).

Como vimos até aqui, a origem da profissão do Assistente Social é de raízes conservadoras. Entretanto, essa base passou por um processo de ruptura – mencionado no próximo tópico – relatado, entre outros, por Netto (1991, 2001, 2005); Iamamoto (1997) e Barroco (2001). Esse processo, segundo Netto (2001), pode ser compreendido a partir da própria “constituição do mercado de trabalho para o Assistente Social pela via das políticas sociais” acima mencionadas.

tencionada

III. 3. A reconceituação e o projeto profissional do Assistente Social no Brasil

Para Netto (2005), Faleiros (2005), Iamamoto (1997) e Barroco (2001) , as décadas de 1960 e 1970 trouxeram consigo uma “erosão internacional do Serviço Social tradicional”. Esse desmoronamento deu, segundo Netto, lugar a Reconceituação, fenômeno presenciado não somente no Brasil mas a nível mundial.

O autor recorre a dados históricos do período de 1960, época em que a profissão do Serviço Social já se institucionalizara “na maioria dos países”. Naquele período, o Serviço Social presenciou o início de uma “profunda erosão das suas práticas tradicionais” e, conseqüentemente “dos discursos teóricos ou pseudoteóricos que as legitimavam”.

No período compreendido entre as décadas de 1960 a 1970, o Serviço Social sofre forte crítica à sua forma de atuação. Para Faleiros (2005), isso decorreu de uma organização dentro e fora da categoria profissional. Segundo ele,

A mobilização social e política da sociedade e a mobilização interna dos assistentes sociais põem em relevo a crise da profissão em meados dos anos 1960: sua desqualificação no mundo científico-acadêmico, sua inadequação “metodológica” em a divisão em serviço social de caso, serviço social de grupo e desenvolvimento de comunidade e a ausência de uma teorização articulada. Suas práticas mais significativas se faziam longe dos graves problemas sociais, sem consonância com as necessidades concretas do povo (Faleiros, 2005, p. 26).

É nesta época que surge a expressão “Serviço Social tradicional”, Netto (2005). Esta forma do Serviço Social está diretamente associada a uma “prática empirista, reinterativa, paliativa e burocratizada”. Além disso, a profissão se via “orientada por uma ética liberal-burguesa” (Netto, 2005, p. 6). Tal orientação, possuía um viés visivelmente funcionalista e tinha como objetivo, tratar as discrepâncias psicossociais da questão social sobre indivíduos e grupos. Ela tinha ainda, o conceito de organização capitalista da vida social como fator imutável.

Esta crítica à atuação do Serviço Social está fundamentada em acontecimentos a nível mundial. O autor exemplifica-as citando a

baliza de 1968 - de Berkwey a Paris e à selva boliviana, do movimento nas fábricas do Norte da Itália a ofensiva Tet no Vietnã, das passeatas do Rio de Janeiro as manifestações em Berlim-Oeste. (idem, p.7).

Para ele, o que estava colocado em questão era a “crise de fundo de ordem capitalista”, ou seja, o esgotamento de um “padrão de desenvolvimento capitalista”.

Nesse contexto, Netto (1999) desenvolve o conceito de projetos societários tomando como alicerce a teoria social crítica para demonstrar que “a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teológica”, ou seja, ela não possui “objetivos nem finalidades”. Segundo o autor, ela possui meramente “uma existência em si”. A doutrina sócio-crítica enfatiza que as “ações humanas” possuem caráter

teológico. Em outras palavras “implicam sempre uma antecipação ideal da finalidade que se quer chegar”. Por outro lado, para que os objetivos sejam alcançados, são escolhidos “valores” e “meios”.

Esses projetos societários, e só eles, “apresentam”, segundo o autor, “uma imagem de sociedade a ser construída”, tendo como característica a constituição de “projetos macroscópicos”.

Em nosso contexto social atual, os projetos são, para ele, “projetos de classe”. Deste modo,

as transformações atualmente em curso na ordem capitalista não têm reduzido o peso das classes sociais e seu antagonismo na dinâmica da sociedade (Netto, op. cit, p. 94)

Disso decorrente, os “projetos societários” possuem sempre uma “dimensão política” que, por sua vez, está *intrinsecamente* associada às “relações de poder”.

Essa amplitude política

não pode ser diretamente identificada a posicionamento partidário, ainda que os partidos políticos sejam instituições indispensáveis e insubstituíveis, no capitalismo, para a organização democrática da vida social (idem).

Para o autor, o constitutivo dos “projetos societários” apresenta fatores históricos relacionados a “estruturas flexíveis e mutáveis” que assim se manifestam, como resposta à incorporação de “novas demandas e aspirações”. Deste modo, ele conclui que “a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia”. Em regimes de exceção, esses projetos são implementados a partir da “coerção”; sob a democracia, a “adesão” por parte da sociedade é dada a partir do confronto e da “disputa”.

Como vimos acima, nas décadas de 1960 e 1970, o mundo capitalista apresentou uma tensão na organização social (Netto, 2005), não somente nos países industrializados, como também, nos países da periferia. Isso forneceu respaldo para a organização das “classes subalternas em defesa de seus interesses imediatos”. Nesse contexto, foram observados “movimentos amplos” para “direcionar os ônus” da tendência negativa do desenvolvimento econômico. Conforme o autor, esse fenômeno foi percebido nas

lutas de segmentos trabalhadores e as táticas de reordenação dos recursos das políticas sociais dos Estados burgueses. Em tais movimentos, o conteúdo das demandas econômicas - em função da complexidade e da diferenciação sociais já presentes nas

sociedades capitalistas mais desenvolvidas, nas quais os impactos da revolução científica e técnica se faziam sentir (Netto, 2005, p. 7).

Ele prossegue em sua linha de raciocínio e afirma que essas manifestações não aconteceram de maneira isolada, ou seja, houve uma confluência

com outras demandas sociais e culturais: começam a se configurar reivindicações reverenciadas a categorias as específicas (mulheres, jovens, negros, emigrantes), à ambiência social e natural (a cidade, o equipamento coletivo, a defesa dos ecossistemas), a direitos emergentes (ao prazer, ao lazer, à educação permanente) etc. (idem).

Deste modo, o autor conclui que esses movimentos questionavam a estruturação e funcionamento do “Estado burguês” e “suas instituições”. Isto é, era ensaiada uma negativa à “ordem burguesa e seu estilo de vida”. Em outras palavras, era destacada a bipolaridade existente na sociedade. Neste contexto, eram recolocadas na agenda as ambivalências da cidadania fundada na propriedade e (privada) e redimensionavam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e suas arenas.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se, segundo Yamamoto (1997), como uma procura por

novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (Yamamoto, op. cit, p. 37).

Neste contexto, a autora concorda com a posição de Netto, acima mencionada, ao afirmar que esse movimento de ruptura não estava restrito ao ambiente “interno da profissão”, porém muito mais, ligado a um “movimento social mais geral”. Este movimento estava fundamentado no “confronto” e na “correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade”. Fator que, segundo a autora, “não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las”.

Para ela, esse processo de ruptura foi estabelecido a partir da “compreensão das implicações políticas” por parte do profissional do Serviço Social. Neste contexto, segundo a autora, o Assistente Social é requisitado para implementar “políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos”. Essa

incompatibilidade de interesses é, por sua vez, espelhada pelo profissional, “já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto”.

A compreensão deste aspecto constitui condição fundamental para que o profissional

faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paira “acima” da história. Isso implica, por sua vez, o enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural (idem, p.37).

Barroco (2001) corrobora essa linha de pensamento e afirma que houve um “processo de ruptura com a ética tradicional” da profissão do Assistente Social. Segundo ela, esse processo foi desencadeado no Brasil a partir dos anos 60. Este fato *decorre do que a autora denomina*

processo de erosão das bases de legitimação ethos tradicional do Serviço Social, propiciando ou uma renovação e um pluralismo capazes de que evidenciar a dimensão político e ideológico da prática profissional, abrindo a possibilidade de emergência disse uma vertente crítica. (Barroco, 2001, p. 141).

Desse modo, foi presenciada uma atuação política e cívica de uma “parcela minoritária de profissionais” que ampliaram sua concepção social, refutando a “ordem burguesa” vigente até então.

Naquele período, foi vivenciada uma aproximação do marxismo, bem como, surgiram “experiências práticas voltadas aos compromissos com as classes populares”. Esse fato é presenciado principalmente pelo que a autora denomina “militância católica”, que segundo ela, a faz papa opção pelos pobres se projetando como um agente de mudança, e “atuando em atividades de educação popular e formação de quadros políticos junto à população”.

Outro aspecto da época a ser salientado, foi o posicionamento do profissional adotando um distanciamento do “trabalho das instituições”, concebidas como “aparelhos ideológicos de Estado”. Assim, foi abraçada a atuação na “periferia dos grandes centros, nas favelas, junto aos movimentos organizados da população”. Observou-se ainda o início da produção de uma “literatura crítica”, orientada pela busca de “compreensão do significado da profissão”. Isso ocorreu, associado a uma procura pela “superação crítica de seus equívocos”, ao questionamento das “teorias

tradicionais”, bem como, à “denúncia da pretensa neutralidade profissional; ademais, foi proclamado o compromisso profissional com as classes trabalhadoras”.

no fim da ditadura, começa a se organizar como categoria; criar associações vinculadas às lutas gerais dos trabalhadores; organizada, ainda que em minoria, muda as normas do Congresso Brasileiro Assistentes Sociais, exigindo uma democratização e em seu compromisso político com os trabalhadores (idem, p. 142).

No Brasil, a construção de um projeto societário cujos reflexos duram até os dias atuais, remota às décadas de 1950 e 1960 (Netto 2005; Yamamoto, 1997). A década de 1950 representa, segundo Yamamoto (1997), um marco divisor do desenvolvimento econômico brasileiro caracterizado pela presença de “grandes corporações” estrangeiras que contribuíram

para dinamizar a economia competitiva dependente, ao mesmo tempo em que concorreu para a expansão monopolista das economias centrais, através do excedente acumulado em suas operações em nosso país (Yamamoto, op. cit, p. 77).

Esse processo integrativo assume, na década de 1960, nova dinâmica, associada ao posicionamento dos governos do período de exceção em “articular a ação governamental com os interesses dos grandes empresários”. Assim, o avanço da economia verificado no período proporcionou a absorção da política industrial, financeira e de consumo exigida “pela concentração e centralização do capital”.

Nesta linha, o Estado assumiu o papel de determinar o espaço de atuação de todos que se posicionassem contra os parâmetros impositivos, tendo o “proletariado e as massas trabalhadoras” como “alvo privilegiado da agressão autodefensiva da burguesia”. Segundo a autora:

As pressões daí oriundas tenderam a ser deslocadas para “fora da ordem”, como estratégia para legitimar e impor o poder. Um conflito intenso de classes, encoberto e reprimido, marca sua presença. Os comportamentos coletivos de autodefesa dos trabalhadores foram deslocados para a esfera de segurança nacional. O elemento peculiar que aí aparece não é a violência institucionalizada, mas uma concepção segurança cimentada na noção de que a permanente de umas classes contra as outras, assumida pelo Estado Nacional (idem, p. 80).

A classe burguesa assume novas linhas de ação diante do Estado e da classe trabalhadora. A consequência imediata desta “reordenação da dominação burguesa” foi a “exclusão das massas populares e do proletariado das negociações do poder”. Aliado a isso, houve, segundo a autora, o incremento de

mecanismos repressivos e de disciplinarização das relações de classe, como garantia do poder e da elevação dos níveis de produtividade do trabalho, que passam a ser requeridos na grande indústria e em setores estratégicos da agricultura (idem, p.80-81).

Dois outros aspectos puderam ser observados. Por um lado, o rebaixamento a segundo plano dos interesses das classes populares; nivelação oposta à verificada durante o período populista. De outro lado, a desarticulação de meios de defesa dos trabalhadores na meta de imposição radical do que a autora denomina

modelo de desenvolvimento econômico necessário ao novo patamar em que se situava internamente o aprofundamento do capitalismo e sua inserção na divisão internacional do trabalho. É ao fazer face a essas exigências que o Estado assume tanto funções repressivas, no plano social como modernizadoras, no plano administrativo (idem, p. 81-82).

Essa nova reestruturação de forças teve modificou o cenário das relações de trabalho, através da implementação de instrumentos de degradação salarial e de desarticulação sindical. Isso demonstrou uma face, caracterizada pelo aumento do “nível de exploração da classe operária”, e concretizada, segundo a autora, na prática de medidas tais como: arrocho salarial; liquidação de direitos já conquistados, como o de greve e da estabilidade; e desarticulação da estrutura sindical e partidária.

Neste contexto, foi vivenciado um

aumento da taxa de exploração do trabalho, através da ampliação da jornada de trabalho, da institucionalização das horas extras, do reforço da disciplina industrial, da intensificação do ritmo de trabalho etc, tendo como contrapartida uma elevação da produtividade dentro de um clima de aparente ordem e “paz social” (idem, p.82).

Foi neste horizonte de poder reestruturado que ocorreu, no entendimento da autora, a “queda do padrão de vida dos assalariados”. Esse declínio, pode ser observado no “agravamento da desnutrição, de doenças infecciosas, no aumento das taxas de mortalidade infantil, dos acidentes de trabalho”.

Sintetizando, a autora destaca o aumento da

miséria absoluta e relativa da grande parcela da população trabalhadora, consubstanciando um processo crescente de dilapidação da força do trabalho coletiva (idem).

Assim, poderíamos afirmar que esses aspectos estão diretamente relacionados ao período de exceção. Entretanto, Netto (1999) nos alerta que, mesmo em regimes democráticos, a implementação de projetos societários – dentre os quais incluem-se os “projetos profissionais” –, é caracterizada pelo desequilíbrio de forças entre as

categorias. Deste modo, a classe trabalhadora vivencia, historicamente, posição de desvantagem, ou seja, “ela possui condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes possuidoras e politicamente dominantes em relação à classe detentora”. Esse desequilíbrio é uma consequência, segundo o autor, da “natureza econômico-social e cultural”. Em suas palavras,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, op. cit, p. 95)

Em regimes não ditatoriais, os projetos profissionais são elaborados por um “sujeito coletivo” não homogêneo. Eles apresentam “estruturas dinâmicas” e são desenvolvidos segundo a égide da heterogeneidade da categoria profissional. Essa diversidade traz consigo um “confronto de idéias” que encontra solução na aceitação do pluralismo: um dos pilares da democracia.

Para que possamos compreender as peculiaridades do movimento de reconceitualização e, portanto, da elaboração de um projeto profissional no Brasil, segundo o raciocínio do autor (2005), é necessário retomarmos o período histórico vivido em nosso país a partir da instalação do regime de exceção, ou seja, a partir do ano de 1964. Segundo o autor, a ditadura vivenciou dois períodos decisivos de “metamorfoses”. O primeiro, em 1968, época em que teve início um “eficiente terrorismo de Estado”. Já o segundo, foi experimentado em 1974,

quando, derrotada em eleições que tiveram caráter deficitário e assistindo ao fracasso de seu “modelo econômico”, começa a desenvolver o projeto de auto-reforma que se viu frustrado pela dinâmica que o movimento democrático adquiriu com a reinserção da classe operária na cena política (Netto, op. cit, p. 16)

Para o autor, a “herança desastrosa para a massa da população” deixada pelo regime daquela época “hipoteca e compromete os rumos da sociedade brasileira” até os dias atuais. Em sua concepção, o regime ditatorial brasileiro atuou de forma diferente dos outros do continente sul americano. Aqui, ocorreu uma “modernização conservadora” que favoreceu o “desenvolvimento das forças produtivas” e

contribuiu, além disso, para o aumento de “instituições de ensino e pesquisa a ele funcionais”.

Deste modo, ao fim do regime ditatorial, nos anos de 1984-1985, o Brasil constava a oitava economia mundial. O país contava ainda, com um complexo universitário. Sistema, que apesar de “seu assombroso elitismo” possuía centros com expressiva qualidade de formação acadêmica, com destaque para o elevado nível de cursos de pós-graduação.

É diante deste quadro que, segundo o autor, acontece a “renovação do Serviço Social brasileiro” que “com exceção expressa da experiência de Belo Horizonte - praticamente reduziu se à incorporação de vetores desenvolvimentistas”. Em Faleiros (2005), vimos que esse “questionamento do Serviço Social tradicional” (p. 26), foi norteador por uma direção “mais crítica” fundamentada, principalmente nos conceitos marxistas e cita como exemplo a formação adotada pela Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte entre os anos de 1972 a 1975.

Todos esses fatores contribuíram, segundo o raciocínio de Netto (2005), para uma compatibilidade entre os interesses renovadores do Serviço Social e as necessidades inerentes ao plano do regime de exclusão. Por outro lado, favoreceu a solidificação de uma linha profissional bem distinta da tradicional praticada até então.

Essa característica do movimento de reconceituação só foi abdicada quando o regime ditatorial já apresentava sinais de desmoronamento. Ou seja, na década de 1970 para 1980 que é presenciada uma nova onda nesse movimento. É a partir desse período

que se fazem sentir no Brasil as dissonâncias das tendências que, na reconceituação, apontavam para uma crítica radical no tradicionalismo - e essas ressonâncias se reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria profissional (Netto, op. cit, p. 17).

Netto (1999) destaca que, mesmo de maneiras não óbvias, as “dimensões políticas” estão sempre presentes nos projetos profissionais. Essas amplitudes se manifestam tanto num “sentido amplo”, no que se refere “às suas relações com os projetos societários”, quanto “restrito”, ou seja, relacionado “as perspectivas particulares da profissão” (Netto, op. cit, p. 96).

O autor destaca ainda, a relação existente entre projetos profissionais e pluralismo. Para ele, ela está vinculada à característica do sujeito conjuntivo em apresentar divergências na construção de um projeto profissional. Essa diversidade da classe profissional leva o autor afirmar que as categorias profissionais são caracterizadas por disputas e conflitos. Partindo desta afirmativa, o desenvolvimento de um projeto profissional não elimina as dissensões e contradições internas. Estas devem, por sua vez, ser sanadas na confrontação das idéias, e não pelo uso de mecanismos excludentes.

É neste horizonte, que surgem, no final dos anos de 1970, novas perspectivas para os profissionais do Serviço Social favoráveis a uma ruptura com o tradicionalismo. Isso foi, segundo o autor, favorecido, por um lado, pela retomada do movimento operário-sindical, por outro, pela participação dos denominados “novos sujeitos sociais”. Ou seja, partir de então, houve um forte investimento por parte dos profissionais do Serviço Social na organização da classe profissional, bem como, foram despendidos maiores esforços na formação acadêmica. Isso colaborou para um “significativo impacto na formação profissional” (Faleiros, 2005, p.32).

Como consequência, estes investimentos no campo profissional desencadearam primeiramente, uma organização a nível nacional, fato que colaborou, primeiramente, para a transformação dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais em espaços representativos da categoria profissional. Por outro lado, a aposta em uma “formação acadêmica” melhor aprofundada, desencadeou na introdução de “um currículo de âmbito nacional” e na consolidação da “pós-graduação (mestrado e doutorado)” (Netto, op. cit, p. 96).

Conforme Netto (2005), em 1980, o Serviço Social brasileiro encontrava-se conexo ao sistema universitário em todos os níveis. Nesse período, a classe profissional desencadeou o incremento de uma visão crítica, tanto no que se refere à teoria quanto à prática. Este posicionamento tinha, para ele, sua gênese no “espírito próprio da reconceituação”. Neste contexto, diante de uma conjuntura política e histórica totalmente distinta da época anterior, não foi experimentada um mero prosseguimento linear “das idéias reconceituadas”. (Netto, op. cit, p.17-18).

Para o autor (1999), o fato que sempre existirão propostas alternativas elaboradas por uma parcela da categoria profissional, impede que, mesmo quando da

conquista hegemônica por parte de um projeto, esse possua caráter de exclusividade. Assim, ele destaca que o “pluralismo é um elemento factual da vida social”, portanto, também da profissão.

Nesta linha de raciocínio, seria, para ele, um erro confundir o pluralismo com o “ecletismo e com o liberalismo”. Pois, o primeiro, “não impede a luta de idéias”, e, por outro lado, respeita as “hegemonias legitimamente conquistadas”, o que não é feito pelos segundo e terceiro.

Assim, observar essas divergências existentes na sociedade; e, na classe profissional portanto, significa ponderar que tais cisões não podem ser solucionadas somente dentro da segunda. Para que ocorra uma condução positiva, faz-se necessário, primeiro, o estudo do movimento social, e, em segundo lugar, o

estabelecimento de relações e alianças com outras categorias profissionais e segmentos sociais (aí incluídos os usuários dos serviços profissionais), notadamente aqueles vinculados às classes que dispõem de potencial para gestar um projeto societário alternativo ao das classes possuidoras e dominantes (Netto, op. cit, p. 97).

Conforme o autor, esse confrontação de projetos profissionais com o projeto societário hegemônico não está isento de conflitos em uma sociedade capitalista. *Omitir este fato significaria, para ele, incorrer ou no “messianismo” ou no “fatalismo”.* Assim, por mais “questionador e avançado” que possa aparecer um projeto profissional, ele cometeria erros se não observasse as “condições institucionais do mercado de trabalho”, pois elas são quem, de maneira mais clara, manifestam esses limites.

Um projeto profissional só pode gozar de hegemonia, quando articula, de forma sábia, um grupo de fatores distintos tais como:

Uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas e práticas (idem, p. 98).

Esta articulação, por sua vez, requer uma organização da classe profissional, a instituição de “processos de debate e elaboração” e a pesquisa teórica e prática. Dado ser o pluralismo inerente à categoria profissional, o projeto hegemônico só pode ter êxito, quando fundado em um acordo entre os profissionais. Em outras palavras, a hegemonia só pode ser alcançada a partir da adoção de regras para a aquiescência de

“componentes imperativos” e “componentes indicativos”. Os primeiros, conforme o autor são de obrigatoriedade para toda a classe profissional; os sucessores, apresentam divergências sem pontos de consenso, portanto, não são seguidos por todos os membros da categoria profissional.

O autor adverte que, mesmo no caso de “componentes reconhecidamente imperativos”, não há uma unanimidade, e cita como exemplo o “Código de Ética das profissões” que são, muitas vezes, questionados em alguns princípios e normas. Assim, segundo sua linha de raciocínio, existem dois planos fundamentais inerentes ao Código de Ética. O primeiro está associado à exigência que “projetos profissionais” estejam sempre ancorados em “valores de natureza explicitamente ética”. Já em segundo nível,

Os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normalizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais (idem, p. 98-99).

A edificação do novo projeto profissional do Serviço Social tem suas origens, como vimos, no posicionamento crítico assumido por uma parcela da classe profissional. Essa posição, manifestada, segundo o autor, desde o fim da década de 1960, coincidindo com a crise porque passou o regime de exceção, foi elevada, no Brasil, a um outro plano nas duas décadas seguintes. Neste contexto, a resistência ao regime adquiriu nova expressão quando, nos anos de 1970, a classe trabalhadora retomou sua participação política. O autor cita este período histórico como decisivo para o fim do ciclo da ditadura no Brasil, com a eleição de Tancredo Neves em 1985.

No início daquela década, setores da sociedade brasileira, insatisfeitos com a situação política, posicionaram-se claramente a favor da democratização em nosso país. Nestes termos, foi no empenho por uma sociedade democrática que tivemos, segundo o autor, a presença de “movimentos de cunho popular”, manifestados por movimentos da área rural, movimentos de moradores. Contamos ainda com a atuação de setores progressistas da Igreja católica, bem como com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Diante dessa constelação participativa, o posicionamento conservador do Serviço Social brasileiro viu enfraquecer suas bases. Em outras palavras, a reivindicação por democracia repercutiu dentro da categoria profissional. Conforme

o autor, isso proporcionou uma concepção política de vertentes diversas dentro do campo profissional.

O que se presenciou, na década de 1980, foi, para o autor, uma visível inovação crítica à visão tradicional, fundamentada nas conquistas da reconceituação. Deste modo, para ele, é procedente afirmar que este Serviço Social crítico em nosso país tem sua reconceituação como gênese. Ou seja, estamos diante de um setor profissional “comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais”; além disso, uma profissão que vem “investindo fortemente na pesquisa” (Netto, 2005, p.17-18).

Isso, no entanto, não foi suficiente para uma extinção total do conservadorismo. A nova direção tomada foi encabeçada por setores mais inconformados da classe profissional que, orientados pelos apelos da classe trabalhadora, obtiveram êxito na tentativa de apresentar uma alternativa à exclusividade exercida pelo conservadorismo no Serviço Social. Esse monopólio foi quebrado, portanto, quando da queda do regime de exceção. Foi a partir desse acontecimento que surgiu a base política para o desenvolvimento de um outro projeto profissional.

Neste horizonte, Serviço Social crítico, tem contribuído para uma mudança radical na forma com que a profissão é vista na sociedade. Esse novo Serviço Social interage com as ciências sociais, e, é reconhecido no meio acadêmico como legítimo produtor de conhecimento; intervém, além do exposto, de forma ativa na elaboração de políticas públicas. Detentor de supremacia na produção teórica inerente ao campo profissional, e, ainda, interventor político, o Serviço Social crítico possui, segundo o autor, reconhecimento perante o público nacional e internacional. É marcado pelo horizonte das controvérsias e discussões internas, pela diversidade teórica e pela pluralidade ideológica, que o Serviço Social manifesta atualmente, em nosso país, “o espírito da Reconceituação”.

Assim, podemos concluir que foi a partir da conquista da democracia que houve uma atuação profissional questionadora dos projetos societários elaborados pelas classes dominantes, ou seja, a partir daquele período histórico, ocorreu uma

vinculação do projeto profissional a um projeto societário ligado à “vida social brasileira”. (Netto,1999, p. 106).

O investimento no campo teórico, fundamentado no pluralismo da classe profissional possibilitou o surgimento de indagações às relações sociais vigentes e culminou com a elaboração de um novo currículo. Neste contexto, em 1982 foi implementada a reforma curricular, que

desmontou a estrutura tradicional da divisão em “caso, grupo e comunidade”. Defendeu claramente uma perspectiva de “visão crítica e comprometida com a transformação social” (Faleiros, op.cit, p. 32)

Quatro anos depois, segundo Netto (1999), foi formulado um novo Código de Ética Profissional, revisto em 1993. Foi, portanto, a partir da década de 1980 que se trouxe nova luz ao debate da Ética no Serviço Social. Fator, segundo o autor, tido como irrelevante quando da elaboração dos códigos de 1947, 1965 e 1975, o que desembocou num comprometimento do Código de 1986. Naquele ano, foram presenciados avanços na estatura política da atuação profissional, porém, ignorados outros aspectos da ética profissional, ou seja, componentes – éticos e profissionais – não ficaram nitidamente expostos.

Já o Código de 1993 que, segundo o autor, conclui a edificação do projeto ético-político-profissional incorporou tanto a bagagem teórica, adquirida nos vinte anos que lhe antecederam, quanto os novos componentes inseridos na discussão ética pela necessidade da própria revisão.

Para Faleiros (2005), o Código de 1986 tem uma definição clara, a partir da opção pelos “interesses de uma classe” como demonstração de novos rumos tomados pela classe profissional, oriundos dos “movimentos sociais, da luta sindical e de uma formação marxista nas universidades”. Já o Código em vigência, está fundamentado na “defesa dos direitos sociais”, inclui a “participação dos usuários no contexto democrático” e aclara elementos ético-profissionais do Assistente Social. (idem, p. 30-31).

Mais adiante, o autor descreve a reforma de 1998-2000 como de orientação generalista. Para ele,

Na reforma de 1998-2000 busca-se a formação de um profissional generalista, em ruptura com as especializações. Deve-se entender a sociedade em que vivemos de forma crítica. A prática é formulada

como um “processo de trabalho”, como uma atividade com fins, meios e resultados em torno da “questão social”, definida formalmente como objeto do Serviço Social. (idem, p. 32).

Retomando Netto (1999), o projeto profissional do Serviço Social está fundamentado na abertura para o enfrentamento de impasses emergentes. O que é primordial a esse projeto é a liberdade construída ao longo do tempo. Ela lhe permite optar por propostas concretas voltadas à autonomia, à emancipação e ao desenvolvimento pleno dos indivíduos.

Para o autor, o projeto profissional da classe do Assistente Social tem como horizonte uma ordem social sem a subjugação de uma classe por outra, ou seja, “sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”. Ademais, este projeto

afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional. (Netto, op. cit, p. 105).

Consciente de sua dimensão política, o projeto está nitidamente comprometido com a igualdade e a

justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania (idem).

Isso é tido como exigência para que sejam garantidos os “direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras”. Neste aspecto, o autor descreve o projeto como “radicalmente democrático”, ou seja, em um horizonte de “democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida”.

Para que esses objetivos sejam atingidos, é contada com a capacitação profissional, formação acadêmica, fundamentada em “concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social”. Ademais, é requerida do profissional uma articulação com “segmentos de outras categorias profissionais que partilhem de propostas similares”, e, destaca o autor, “com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores”.

É orientado neste horizonte de enfrentamento de impasses emergentes que pudemos arriscar uma aproximação da profissão do Assistente Social e a Economia Solidária. O projeto profissional do Serviço Social que visa um desenvolvimento amplo dos membros da sociedade, pode ser aproximado aos caminhos apontados por essa outra forma de organização dos meios de produção e distribuição.

Assim, podemos inferir que tal congruência está fundamentada na igualdade entre as classes, defendida pelo projeto profissional do Serviço Social, e, por exemplo, na inexistência da relação, patrão (detentor do capital) e trabalhador (fornecedor da mão de obra), visão defendida pela Economia Solidária. Merece, ainda, ser destacada a base democrática que orienta tanto o projeto profissional, quanto essa iniciativa econômica.

Contudo, essa aproximação não ocorre de todo isenta de riscos, pois, a hegemonia alcançada pelo Serviço Social brasileiro no início da década de 1990, não levou a cabo a atuação de correntes “conservadoras ou neoconservadoras” (Netto, op. cit, p. 105). Para o autor, essa hegemonia foi ameaçada a partir do período de instauração do neoliberalismo. Em outras palavras, durante os avanços da democracia brasileira ocorrida entre as décadas de 1980 e 1990, o mundo presenciou a instalação de uma crise social a nível global, fruto da instituição do neoliberalismo. Esse fator fez-se claramente sentir na sociedade brasileira a partir de 1995, quando a burguesia adapta seu projeto de bases ditatoriais, e impõe, sob o pretexto da racionalização a

liquidação dos direitos sociais (apontados como privilégios), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a sistemática implementação de uma política macroeconômica lesiva à massa da população. (idem, p. 107).

Segundo o autor, o avanço das propostas neoliberais e suas conseqüências constituem uma “ameaça real ao projeto profissional do Assistente Social”, pois para os princípios neoliberais – manifestados na “cruzada antidemocrática” praticada pelo grande capital – o empenho pela implementação do projeto ético político da categoria do Serviço Social é sinônimo de atuar contra as atuais diretrizes indicadoras de progresso econômico; ou seja, “marchar na contramão da história”. Estes aspectos podem também influenciar os elementos norteadores da Economia Solidária, visto que, como vimos, ela se desenvolve dentro do sistema capitalista.

Neste horizonte, nos deparamos com um ponto focal apontado pelo autor: o neoliberalismo, igualmente criticado por Gohn (1998), Netto (1999) e Sherer-Warren (1999); tido como mola mestra do processo de globalização excludente em Dussel (2000) e causador da precarização do trabalho em Singer (1998). Deste modo, o neoliberalismo apresenta, como vimos acima, uma outra face: a ameaça ao projeto profissional do Assistente Social, e, no paralelo por nós traçado, pode enfraquecer elos da Economia Solidária.

Sem propor um distanciamento da discussão, não poderíamos omitir os princípios constitucionais que regem a seguridade social no Brasil. Assim temos a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 que dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e estabelece em seu Art. 4º as competências para a profissão. O inciso I estabelece aquelas atribuições que dizem respeito à elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais juntos a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. Já o inciso II está diretamente relacionado à elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos que seja do âmbito de atuação do serviço social com a participação da sociedade civil.

O inciso III, em conjunto com o inciso V reza sobre o encaminhamento de providências e a orientação social a indivíduos, grupos e à população como um todo. Esses grupos de diferentes segmentos sociais devem ser orientados no sentido de se identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

Já o inciso IX estabelece, como função do assistencial, a prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Em seguida, percebemos que esses direitos estão assegurados também pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – L – 008.742-1993. Ela estabelece em seu artigo primeiro que a Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado. Já o Art. 2º, inciso III, em conjunto com o parágrafo único, situa a promoção da integração ao mercado de trabalho e o enfrentamento da pobreza como objetivo da assistência social. O Art. 5º, o inciso II estabelece a participação da população, por

meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis como uma de suas diretrizes básicas.

Se observarmos o art. 203 da Constituição Federal, veremos que é de competência da União e dos Estados apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional; regional ou local. Já ao Distrito Federal e aos municípios competem executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

A LOAS em seu Art. 19, inciso XII atribui ao órgão da Administração Pública Federal, responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, a competência para articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas sócio-econômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas.

O Art. 25 da LOAS determina que projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares para o fornecimento de subsídios técnicos e financeiros a iniciativas em busca do aumento da capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. Concluindo, o Art. 26. estabelece que o incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

A LOAS estabelece diretrizes que, segundo Sposati (1999), colaboram para “desnaturalizar a exclusão social”. Para ela, é necessário difundir “na sociedade padrões básicos de inclusão, como mínimos sociais, conforme indica a LOAS” (Sposati, 1999, p. 75). Entretanto, a autora se posiciona em sintonia com Potyara (2002), quanto à concepção de que urgem “esforços para aperfeiçoar conceitual e normativamente a LOAS” para a introdução de mínimos sociais como padrões básicos de inclusão e, não como forma de “priorizar políticas sociais focalizadas, reprodutoras da pobreza extrema” (Potyara, 2002, p. 187).

Para Yazbek (2006), a LOAS conceitua uma nova linha mestra para o Serviço Social em nosso país “iniciando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitam”.

A autora lembra que na década de 1990 ocorreram vários fatos que mudaram o perfil da questão social no Brasil. Ela destaca, principalmente a precarização do trabalho e o desmantelamento do sistema público de Assistência Social. Nestes termos, as políticas sociais foram subordinadas às iniciativas para reorganização da economia, caracterizadas pela privatização do setor público e pelos cortes no setor social. Logo adiante a autora enfatiza:

Como lei, a LOAS inova ao afirmar para a assistência social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses de mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social. Inova também ao propor a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e execução das políticas de Assistência Social. Tendência ambígua, de inspiração neoliberal, mas que *contraditoriamente* pode *direcionar-se* para os interesses de seus usuários (Yazbek, 2006, p. 127)

Para Potyara (1999), a questão social nos dias atuais está associada à lógica capitalista, segundo a qual, os ricos cada vez mais aumentam sua riqueza; os pobres, sua pobreza. A gênese desse desequilíbrio está associada à robotização das fábricas e à informatização de setores da economia, que dispensa milhares de trabalhadores.

Retomando aspectos da profissão do Serviço Social, temos em Yamamoto (1997, 1999); Simionato (1999) a inscrição da profissão na divisão social do trabalho. Para Simionato, o Serviço Social tem edificado suas estruturas de atuação orientado em

demandas de diferentes segmentos de classe, surgidas na heterogeneidade e na imediatividade da vida cotidiana. Tais demandas, que se constituem os objetos da ação profissional, indicam, no nível da aparência, necessidades práticas essenciais à produção e à reprodução da vida material dos sujeitos sociais. (Simionato, 1999, p. 87).

Yamamoto (1999) destaca, por sua vez, que a profissão do Assistente Social é “um tipo de especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho da sociedade” (Yamamoto, 1999, p. 113). Logo adiante ela adita que a atuação profissional está circunscrita

no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil, no marco de uma sociedade de classes. As mudanças históricas que estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a sua divisão técnica, corporificadas em mudanças nas relações Estado/sociedade e nas formas de organização e de gestão do trabalho, afetam diferentes especializações, entre as quais os Serviço Social (idem).

Neste aspecto, de acordo com a concepção de Simionato, o Assistente Social atua segundo as “demandas de diferentes segmentos de classe, surgidas na heterogeneidade e na imediaticidade da vida cotidiana”. Esses pleitos, constitutivos dos “objetos da ação profissional” apontam as “necessidades práticas essenciais à produção e reprodução da vida material dos sujeitos sociais”. Isso incorre o risco de uma redução ao “atendimento imediato” fundamentado em um “suporte teórico bastante elementar”. Neste contexto, as ações do profissional estariam limitadas a “respostas restritas ao empírico, às situações postas pela imediaticidade cotidiana”. (Simionato, 1999, p. 88). Assim, seria impossível uma concepção associada a projetos sociais de maior abrangência.

É necessário, portanto, uma posição profissional que transcenda os limites pragmáticos e que esteja consciente de seu posicionamento quanto à construção de novos valores e maneiras de pensar. Para a autora,

se é no terreno do senso comum que os segmentos de classe subalternizados incorporam as ideologias dominantes como única verdade, é também a partir dele que pode ocorrer um processo de crítica e desconstrução desse modo de pensar, expressão de contradições histórico-sociais mais profundas, favorecendo a formação de novos consensos que reforcem a construção de uma contra-hegemonia (idem).

Assim, o profissional do Serviço Social está confrontado com duas vertentes de atuação. A primeira, “restrita ao irracionalismo contemporâneo”, tem o imediato, o particular e a dispersão como linha mestra. A segunda, de caráter teórico-crítica, vai além das fronteiras do ramo profissional e é norteadada pela busca por posicionar as peculiaridades da vida social nos processos históricos mais amplos.

Vimos que o Serviço Social buscou, na década de 1980, uma ruptura com a forma de atuar que remontava aos primórdios da profissão. Isso levou a um choque com os fundamentos do grande capital. Hoje, o projeto profissional, que destaca a

igualdade e a justiça e prima pela construção de uma nova ordem social, tem sua base nos princípios regidos pelo Código de Ética de 1993.

Entretanto, segundo a autora, ainda é necessária a consolidação de “um projeto profissional crítico, criativo e propositivo”. Isso colaboraria para a desconstrução de uma atuação profissional meramente voltada às requisições adjacentes do mercado trabalho que, orientadas pela eficiência técnica, sugerem uma inclinação acolhedora do modelo conservador.

Neste horizonte, conforme a concepção de Yamamoto (1999), o profissional do Serviço Social é indagado a compreender, fundamentado nas exigências do cotidiano, fatores diversos que regem a atualidade e apresentar alternativas eficientes na preservação dos direitos dos indivíduos. Nestes termos, é exigido um relativo distanciamento da posição histórica que o restringia a mero executor de políticas sociais. Muito mais, é requisitado um

profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (Yamamoto, op. cit, p. 113).

Desta forma, é necessário, segundo a autora, o rompimento com os parâmetros burocráticos de rotina e, a adoção de posturas propositivas e de negociação de projetos com as instituições mantenedoras e executoras. Ademais, é, segundo ela, imperativo que o profissional defenda o seu campo de trabalho, orientado pelas qualificações e funções profissionais. Em seguida ela afirma:

Exige, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade, para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (idem).

Arriscando uma aproximação do debate sobre o desemprego decorrente das transformações porque passa o mundo do trabalho, desenvolvemos, apoiados em Yamamoto (1999), uma linha de raciocínio, segundo a qual, o Assistente Social encontra-se, atualmente, diante de novos questionamentos provocados pela crise econômica que se arrasta há, pelo menos, duas décadas. Como vimos, essa crise, paralela às bruscas transformações tecnológicas, tem causado o fechamento de postos de trabalho em larga escala.

Assim, podemos inferir que o profissional do Serviço Social encontra-se diante de um novo desafio decorrente da modernidade pela qual o país enveredou, ou seja, diante do que a autora denomina nova pobreza, resultante do aumento do número de pessoas sobrantes no mercado de trabalho. Segundo ela,

Segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, estoques de força de trabalho descartáveis para o mercado de trabalho. Esta é a raiz de uma nova pobreza de amplos seguimentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho (idem, p. 117).

Na concepção da autora, estas mudanças no mundo do trabalho são responsáveis por bruscas transformações na forma de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil onde: as relações de mercado, na condição de reguladoras das relações econômicas estão em primeiro plano e o fundo público é direcionado para interesses particulares. Ademais, nas bases neoliberalismo, vê-se uma tentativa de reativar o crescimento da economia de base capitalista por meio de políticas econômicas detentoras da inflação e eficazes em reaver os lucros. Como resultado, temos, entre outros, a exclusão econômica, e conseqüentemente, social de grande parcela da população.

Assim, vivenciamos em nosso país, onde o patrimonialismo ainda reflete até hoje, o público ser subjugado por interesses particulares. Nestes termos, a autora recorre a Telles (1994) e afirma que a concepção neoliberal tem como moderno à obstrução da esfera pública e da estatura ética da vida social – caracterizado pelo abandono das responsabilidades encargos sociais do Estado. Em outras palavras, é dito moderno o que manifesta traços o mais retrógrado. Na concepção da doutrina neoliberal,

O Estado deve deixar de ser o “responsável pelo desenvolvimento econômico e social para tornar-se promotor e regulador” desse desenvolvimento, transferindo para o setor privado, as atividades que possam ser controladas pelo mercado (idem, p. 119).

Essa política tem influência direta na profissão do Assistente Social, pois a área que mais tem empregado profissionais do Serviço Social é, segundo a autora, o setor público, sendo a administração direta a de maior peso.

Neste contexto, destacamos, a seguir, alguns aspectos inerentes ao campo de atuação, e como o profissional do Serviço Social pode ser atingido por políticas deste

porte. A autora enfatiza que o Plano diretor de Reforma do Estado divide as atividades estatais em quatro grupos: “núcleo estratégico do Estado; atividades exclusivas do Estado; serviços não exclusivos; e produção de bens e serviços para o mercado” (idem, p. 120).

Aqui nos atemos às atividades não exclusivas, ou seja, àquelas que são praticadas também pelo setor público não estatal. Este setor possui, pela transformação de algumas fundações públicas em organizações sociais, direito de dotação orçamentária para atuar em programas sociais, anteriormente executados pelo Estado.

Há ainda a regulamentação do Terceiro Setor, ou seja, organizações da comunidade civil, denominadas organizações não governamentais (ONGs), assumem, em regime de parceria com o governo, a implementação de programas sociais. Desta forma, a autora afirma que é evitado o aumento do quadro de funcionários públicos, o que afeta diretamente o profissional do Serviço Social.

Outro aspecto, a engenharia de reforma estatal desvirtua o termo solidariedade. Ele é empregado como tentativa de mascarar as discrepâncias inerentes aos interesses de classe vigentes na sociedade. Há, portanto, a tentativa de um reforço dos laços de união societária, o que reflete, segundo a autora, um retrocesso conservador. Para Iamamoto (1999), o que rege os propósitos de determinadas empresas é o interesse privado, ou seja, a acumulação de capital; a solidariedade é transformada em âncora para a divulgação de produtos.

Deste modo, esta concepção, materializada, por exemplo, na atividade filantrópica exercida, tende a esconder as contradições e a exaltar os elos coesivos. Assim, organizações distintas, tais como as empresas e as entidades que desenvolvem a filantropia e o voluntariado tradicionais recebem o mesmo tratamento. Ou seja, são igualadas instituições que desempenham cargos e sociopolíticos e econômicos inteiramente antagônicos na sociedade.

É diante desta análise feita sobre as transformações das relações do trabalho, e como estas estão agindo sobre a estrutura do Estado, que a autora enfatiza as profundas mudanças incidentes “sobre a base organizacional do trabalho profissional” (Iamamoto, op. cit, p. 119) do Assistente Social.

No Brasil, como vimos anteriormente, a seguridade social é tida como política pública amparada pela Constituição Federal de 1988, e fundamentada, no triângulo: saúde, assistência social e previdência. Assim temos, conforme a autora, a área da saúde acompanhada da assistência, previdência, educação social e trabalho.

Analisando aspectos inerentes ao fator trabalho, pudemos inferir que, ao priorizar o “crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais”, o Governo Luís Inácio Lula da Silva, em seu Programa Plurianual, PPA –2004-2007 elevou a Economia Solidária à qualidade de política pública. Assim a Economia solidária, que segundo o Ministro do Emprego, constitui “uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho”⁷ é tida como

Uma estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho sustentada em formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos de desenvolvimento local participativos e sustentáveis. (Ministério do Trabalho e Emprego, Plano Nacional de Qualificação, Termo de Referência em Economia Solidária, p. 8).

Ademais, os empreendimentos solidários estão amparados pela Portaria do *Ministério do Trabalho e emprego*, MTE, Nº 30, de 20 de março de 2006 que cria o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES cujos primeiros três objetivos destacamos a seguir:

- a) constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade.

⁷ Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego. In: Atlas da Economia Solidária no Brasil, Brasília: MTE, p. 7.

O resultado da pesquisa sobre Economia Solidária publicado em maio de 2006⁸ informa que foram detectadas 14.954 iniciativas da Economia Solidária em 2.274 municípios do Brasil, e, aponta um número de 1250 mil participantes diretos. A pesquisa sugere que 25000 outros trabalhadores possuem ligação a alguma forma de empreendimentos solidários.

Conforme o documento, o apoio a iniciativas dos empreendimentos solidários está incumbido, entre outros, aos “Gestores/as de Políticas Públicas”. É destacada a busca por uma “integração entre as políticas de qualificação e as políticas de fortalecimento da Economia Solidária”. Para isso, é enfatizada articulação da “Economia Solidária e as demais políticas públicas” como instrumento para “fortalecer o potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica” e, promover a “dimensão emancipatória” da Economia Solidária.

Entre os aspectos a serem observados dentro da linha de atuação em apoio à Economia Solidária, destacamos a “participação cidadã e controle social nas políticas públicas”; o reconhecimento dos “direitos sociais e trabalhistas como direitos humanos”; a prioridade ao “trabalho emancipatório e a superação do trabalho alienado”.

Retomando o raciocínio de Yamamoto (1999) alusivo à manifestação da nova pobreza, cuja gênese remonta a mecanismos econômicos produtores de mão de obra que pode ser dispensada a qualquer momento pelo mercado de trabalho, podemos arriscar a hipótese de que, sendo a Economia Solidária uma forma de organização da economia contrária aos princípios neoliberais, ao fomentá-la, neste contexto, o poder público emite um sinal em direção oposta aos fundamentos do neoliberalismo.

A autora bem resume que uma das formas de atuação do profissional do Serviço Social, consiste na gestão de políticas sociais públicas. Isso exige do profissional um

*conhecimento do contexto político e constitucional da gestão governamental;
aprendizado para agir sob constante pressão política;
habilidade para operar dentro de metas pré-fixadas por lei, em estruturas organizacionais sob controle jurídico (Yamamoto, op. cit, p. 122)*

⁸ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Exigências de tamanha envergadura, só podem ser cumpridas se o Assistente Social apresentar um vasto

conhecimento das novas formas de produção e das expressões questão social que são objeto do trabalho profissional e postura crítica norteada pelos valores que embasam o projeto ético-político do Serviço Social (idem, p. 125).

Seguindo a concepção da autora, podemos afirmar que o profissional do Assistente Social, atento aos princípios do Código de Ética profissional em vigor, pode atuar junto a iniciativas do empreendimento solidário. Isso exige uma qualificação para atuar em equipes multidisciplinares. É esperado ainda, que o profissional esteja apto a desenvolver estudos de pesquisa inerentes fatos e características regionais, e que aprofunde seus conhecimentos no sentido de *aprimorar sua atuação profissional, atento às exigências da atualidade, sem contudo, incorrer em falhas do imediatismo.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1980, foi lançado o embrião do que mais tarde viria a ser denominado *Economia Solidária* em nosso país. Iniciativas do meio eclesial passaram a atuar na implementação de pequenos empreendimentos, de cunho comunitário, voltados ao combate à pobreza. Naquela época ainda não se falava em um projeto para *geração e distribuição de renda*. Neste contexto, essas medidas eram vistas como um paliativo ao estado de carência, e não lhes foi dada grande importância.

A partir dos anos de 1990, houve uma reorganização dos movimentos sociais. Naquele período eles passaram a fazer propostas de parcerias para mudar o quadro provocado pela instalação do neoliberalismo adotado pela burguesia em nosso país (Netto, 1999). *Essa nova forma de atuar contribuiu para o fomento de iniciativas embrionárias da Economia Solidária, tida, por sua vez, como uma alternativa à forma de gestão capitalista. Aprendemos que os fundamentos da Economia Solidária estão calcados na valorização do trabalho e não na concentração de bens.*

O setor sindical foi outro setor que contribuiu decisivamente para o início da Economia Solidária, como alternativa ao desemprego. Ele apresentou propostas para a *aquisição, por parte dos trabalhadores, de empresas em regime falimentar*, evitando assim que uma grande massa de empregados fosse despedida.

Neste contexto, a Economia Solidária surgiu no Brasil, a partir de iniciativas de *peças excluídas do mercado de trabalho formal que, conscientes da situação excludente à qual estavam expostos, se uniram com o objetivo de reverter esse quadro.*

Entretanto, nossa pesquisa nos levou a algumas in-conclusões. Vimos que os movimentos sociais surgem a partir do reconhecimento de um grupo em compartilhar uma situação de exclusão, em nosso enfoque, econômica e social, e, da busca por uma reversão deste quadro. Assim, esses movimentos possuem um objetivo específico e passam a atuar em busca da solução de problemas sociais decorrentes do estado de privação vivenciado.

Nossa primeira indagação diz respeito à atuação de integrantes de empreendimentos solidários, quando julgarem que seu objetivo, ou seja, a inclusão econômica foi alcançada. Em outras palavras, mesmo atuando fundamentada em princípios não capitalistas, a Economia Solidária não corre o risco de servir como ponte para uma integração ao capitalismo?

Vimos ainda, que o sistema capitalista está fundamentado na segregação dos meios de produção e distribuição e, que estes são ser acumulados por uma parte dos atores no mercado, por sua vez dividido entre os detentores desses meios e aqueles que só dispõem do seu trabalho. Neste contexto, é esperado um equilíbrio dessas forças, a partir das premissas reguladoras fundamentadas na oferta e na procura. Visto que tal balanceamento constitui-se em uma utopia, rege uma permanente disputa entre os detentores dos bens e aqueles que os desejam adquirir. Assim, o que temos no mercado é um permanente estado de incertezas.

Ficou claro, por outro lado, que os empreendimentos solidários se orientam pela detenção comum dos meios de produção e distribuição, ou seja, pela autogestão fundamentada em princípios democráticos, onde decisões são tomadas de forma conjuntiva e todos respondem pelo empreendimento com a mesma parcela de responsabilidade. Deste modo, essa forma de economia, que tem o trabalho como valor principal, colabora para uma transformação pessoal, ou seja, por exemplo, para que pessoas submetidas a freqüentes experiências de exclusão se sintam valorizadas.

Entretanto, julgamos necessários estudos comparativos sobre a forma adotada pelas iniciativas da Economia Solidária, quando deparadas com mecanismos inerentes à lei da oferta e da procura, posto que, como vimos anteriormente, atuam dentro do sistema capitalista, onde a concorrência acirrada é uma das principais regras adotadas.

Neste horizonte, estamos diante da indagação: como atuar para que os empreendimentos solidários não se transformem em uma máscara da empresa capitalista, ou seja, para que os princípios democráticos não fiquem nas intenções, e, ainda, como promover a reversão da fragilidade econômica de algumas cooperativas que não têm, por exemplo, acesso a crédito? Como incluir economicamente aqueles que marginalizados do mercado de trabalho, não possuem condições mínimas para

gerarem iniciativas que os possibilitem reverter o quadro de exclusão econômica e social?

Vimos ainda, que os empreendimentos solidários, originados na luta contra o desemprego, demonstra atualmente, uma outra função: aumentar a renda dos seus integrantes. Não pudemos entretanto concluir se estes aspectos estão relacionados a uma confirmação desta forma de gestão econômica, ou seja, se as informações, obtidas pelo estudo do Ministério do Trabalho e Emprego, foram fornecidas por pessoas que atuam, desde os primórdios nestes empreendimentos, e, portanto, estariam ingressando, numa segunda etapa, vislumbrando o aumento de sua renda familiar, ou se estaríamos diante de uma nova manifestação de possibilidades da Economia Solidária.

Quanto aos aspectos inerentes ao Serviço Social, os princípios legais da LOAS, nos levam a inferir que o Assistente Social pode desempenhar, junto a entidades governamentais e da sociedade civil, papel fundamental na elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas voltadas à implementação de atividades da Economia Solidária, visto que esta está qualificada como política pública.

O Assistente Social é capaz de: atuar junto a órgãos da administração pública e a setores da sociedade civil, agir como articulador e mediador na implementação de projetos sócio-econômicos que tenham como objetivo elevar o nível de geração e distribuição de renda entre os participantes de cooperativas, ou outros grupos voltados a atividades concernentes à inclusão econômica e social.

Isso exige, entretanto um posicionamento crítico do Assistente Social e que ele veja o desemprego, na atualidade, como um dos fatores resultantes de práticas neoliberais. Neste contexto, é oportuno destacar que esse profissional deveria ter em mente que a proposta neoliberal constitui, como vimos em nosso estudo, um perigo para o projeto profissional da própria categoria. Requer ainda, que o profissional do Serviço Social atue segundo o Código de Ética profissional em vigor, ou seja, orientado pelos princípios basilares: liberdade, democracia e pluralismo.

Tendo a gestão de políticas públicas como uma das áreas de atuação do serviço Social, nossa indagação aponta para a ausência de estudos sobre a atividade do profissional do Assistente Social junto a empreendimentos solidários, posto que

estes foram elevados à condição de política pública, e, que, como vimos, estão classificados como uma alternativa ao modelo neoliberal, desintegrador da estrutura dos direitos conquistados pelos trabalhadores, e, propiciador do empobrecimento da classe assalariada.

Tema de tamanha relevância, mereceria, a nosso ver, ser aprofundado pelos profissionais do Serviço Social. Neste contexto, são oportunas pesquisas sobre Serviço Social e cooperativismo; economia e redes solidárias; e, Serviço Social e iniciativas voltadas à reversão do quadro de desemprego na era do neoliberalismo.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação Coletiva, Cultura E Sociedade Civil** In Rev. bras. Ci. Soc. v.13 n.37 São Paulo Jun. 1998. <<http://www.icml9.org/?lang=pt>> Acessado em 02 de novembro de 2005.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, **Ministério do Trabalho e Emprego**. <www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/default.asp> Acessado em 24 de setembro de 2005.

BRASIL, **Organização da Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. In:<www.dji.com.br/leis_ordinarias/1993-008742/1993-008742-01-03.htm>. Acessado em 13 de fevereiro de 2006.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 15 p.

BRASIL, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censos Demográficos. **Anuário estatístico 1992**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, 1992.

DEMO, Pedro. **Sociologia – Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Atlas, 1989, p.142-144. In <http://www.culturabrasil.org/nossasbelasutopias.htm#*>. Acessado em 05 de novembro de 2005.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular, Movimentos sociais e Participação Política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** In: Serviço Social e Sociedade, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

---**Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania uma Questão para a Educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GAIGER, Luís Inácio. **Sentido e possibilidades da Economia Solidária hoje**. In: Kraychete et alii, Gabriel; Lara, Francisco e Costa, Beatriz (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **História, Movimentos sociais**. Vídeo Reestruturação dos MPS, Série Educação, Fita 74: Loyola Multimídia, São Paulo, 1998. passagem 0:0304 a 0:0450.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 1997.

--- **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância. Brasília: CEAD, 1999. 129 p.

--- **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

KRAYCHETE, Gabriel et alii. **Economia dos Setores Populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANCE, Euclides André. **Redes de Economia Solidária e sustentabilidade** Exposição realizada no II Fórum Social Mundial. Porto Alegre, fevereiro de 2002 <www.milenio.com.br/mance/fsm3.htm>. Acessado em 24 de Setembro de 2005.

GADOTTI, Moacir et al, **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

--- **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 1991.

--- **O movimento de reconceituação – 40 anos depois**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

--- **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise

contemporânea, questão social e serviço social. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância. Brasília: CEAD, 1999. 129 p.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e práxis histórica**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

POCHMANN, Márcio, **Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil**. In: Revista do Legislativo, abr-dez, 1999, p. 39. Disponível em <<http://www.almg.gov.br/revistalegis/Revista26/marcio26.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

--- **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais**. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância. Brasília: CEAD, 1999. 129 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania Sem Fronteiras, ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

--- **Redes de Movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação e Participação Social**. Trabalho apresentado à Reunião do Grupo de Trabalho “Estado e Democracia”, III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 17-19 de outubro de 1979.

SIMIONATO, Ivete. **A expressão ideoculturais da crise capitalista da atualidade**. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância. Brasília: CEAD, 1999. 129 p.

SINGER, Paul et alii. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego, diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização da economia e processos de exclusão social**. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância. Brasília: CEAD, 1999. 129 p.

TAUILE, José Ricardo. **Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/16.pdf>>. Acesso em: 1 de novembro de 2005.

TOLEDO, Denise Campos de. **Globalização**. Vídeo Temas emergentes. São Paulo: Loyola Multimídia, 1998.

WANDELEY, Luiz Eduardo W. **História, Movimentos sociais**. Vídeo Reestruturação dos MPS, Série Educação, Fita 74: Loyola Multimídia, São Paulo, 1998.

WELLER, Wivian. **Normas Monografia**, sugestões [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <laifelink@terra.com.br> em 30 de março de 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A assistência social na prática profissional: história e perspectivas**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 85. São Paulo: Cortez, 2005.